



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1100/08	DATA: 09/07/2008
INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 19h01min	DURAÇÃO: 04h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h40min	PÁGINAS: 91	QUARTOS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GÍLSON CARDOSO – Coordenador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH.
PAULO DE TARSO VANNUCHI – Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
SÍLVIO SANTOS – Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
PAULO MALDOS – Representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMI.
DAMIÃO BRAGA SOARES DOS SANTOS – Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.
GILBERTO SOUZA – Representante da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, CNBB do Brasil.
LEANDRO SCALABRIN – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.
ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO ARAS – Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Difusos e Coletivos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
MARINA DOS SANTOS – Representante do MST.
ADEMIR TORRES – Representante do Movimento dos Direitos Humanos do Espírito Santo.
MARCO APOLO SANTANA LEÃO – Representante da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Pará.
JUSTINA CIMA – Representante do Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina.
RICARDO BARBOSA – Estudante de Direito de Goiás.
OSVALDO RUSSO – Representante do Núcleo Agrário Nacional do PT.
ISABELLA CRISTINA – Representante do Estado do Rio de Janeiro.
IBER-E LOPES – Representante do Conselho Nacional da Umbanda do Brasil.
PEDRO BEZERRA – Representante do CONIC.
ADÍLSON MARIANO – Vereador de Joinville, Santa Catarina.
WILSON PEREIRA – Representante do SINTRASEN.

SUMÁRIO: Debate sobre o atual quadro de criminalização e judicialização indevida dos movimentos sociais e seus dirigentes.

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação.
Houve manifestação no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Boa tarde a todos e a todas. Peço aos companheiros e companheiras que tomem seus lugares, pois vamos dar início à reunião.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, originada da Sugestão nº 106, de 2008, e convocada para debater o atual quadro de criminalização dos movimentos sociais e seus dirigentes.

Convido a fazer parte da Mesa o Sr. Gilson Cardoso, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos (*pausa*); o Sr. Sílvio Santos, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (*pausa*); o Sr. Paulo Maldos, representante do Conselho Indigenista Missionário (*pausa*); o Sr. Damião Braga Soares dos Santos, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — CONAQ (*pausa*); o Sr. Gilberto Souza, representante da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB (*pausa*); o Dr. Leandro Scalabrin, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Passo Fundo (*pausa*); e o Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Coletivos de Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (*Pausa.*)

Quando o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos chegar, esta Presidência deve interromper os trabalhos para convidar S.Exa. a compor a Mesa.

Agradeço a presença aos colegas Deputados que compareceram a esta reunião, muitos dos quais, em razão de outros compromissos, já se ausentaram. Agradeço a presença também aos representantes das diversas entidades e movimentos aqui presentes. Depois, citaremos o nome de cada um dos companheiros.

Gostaria de dizer aos presentes da importância desta audiência pública, oriunda de requerimento apresentado pelo Deputado Pedro Wilson, do Estado de Goiás, aprovado pela Comissão.

Estamos realizando esta audiência pública hoje porque nossos movimentos estão sendo perseguidos de tal maneira que vem assustando não só os Parlamentares de esquerda, mas também toda a sociedade brasileira, haja vista a grande perseguição aos movimentos sociais e à Esquerda em geral, começando pelo MST no Rio Grande do Sul. Na verdade, isso está ocorrendo com todos os



movimentos e não só no Rio Grande do Sul. Essa perseguição acontece em nível nacional.

No Parlamento não é diferente. Saibam os senhores que foi aprovado na Comissão de Agricultura projeto que retira o direito dos índios, por exemplo, às suas terras. Estão propondo, nesse projeto já aprovado pela Comissão de Agricultura, que o reconhecimento das terras indígenas passe pela discussão do Congresso Nacional, não mais por decreto do Executivo. Pretende-se ainda uma revisão dos decretos já baixados pelo Governo para demarcar terras indígenas ou terras dos quilombolas, por meio de decreto legislativo. O objetivo é derrubar os decretos governamentais. Querem rever os decretos de demarcação de terras.

Também foi aprovado na Comissão de Agricultura projeto que praticamente proíbe o assentamento de agricultores. Para ter direito ao assentamento, o agricultor deverá fazer um cadastro e ficar 5 anos esperando. Ele tem que ser quase um técnico agrícola para ser assentado. Se participou ele de algum protesto ou de alguma ocupação, não pode se inscrever. Se estiver inscrito e participar de algum protesto, o agricultor perde a sua inscrição. E o referido projeto também autoriza as entidades representantes dos fazendeiros a promoverem o despejo dos acampamentos, das ocupações.

Foi aprovado ainda, na semana passada, também na Comissão de Agricultura, projeto de autoria do Deputado Ronaldo Caiado, para que esses agricultores que plantam em acostamento de estradas — e há acostamento de estrada mais produtivo que as próprias fazendas — não tenham o direito de se aposentar. Eles perderiam o amparo da Previdência.

Também há movimentos fora do Parlamento. Eu poderia citar tantas outras questões, mas todos já percebem essa perseguição em determinados Estados.

No Pará, por exemplo, um advogado da CPT foi condenado a dois anos e meio de prisão. Há a questão da violência contra os índios naquele Estado; a absolvição do mandante do crime contra a Irmã Dorothy, antes condenado a 30 anos; e a questão dos padres e bispos, 3 deles ameaçados de morte. E assim vai.

E há também o processo contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul, o qual pretende a extinção do MST, pois querem proibir marchas e caminhadas; separar as crianças dos pais, impedindo-as de ficar em



acampamentos; além de fechar as escolas do MST, sob o argumento de que são ideologicamente de esquerda.

Na Comarca de Carazinho, foram anulados mais de 200 títulos de eleitores sobre os quais pairavam a suspeita de serem de acampados, que poderiam influir no resultado da eleição. Então, acampados sequer podem votar.

Todas essas injustiças servem de pretexto para rechaçar os movimentos populares e a Esquerda brasileira. Portanto, é sobre essa conjuntura que vamos debater nesta audiência com entidades, movimentos e autoridades.

As regras do nosso encontro serão as seguintes: cada convidado disporá de 10 minutos para se pronunciar, não podendo ser aparteado. Os interessados em fazer questionamentos podem previamente se inscrever. Cada um disporá de 3 minutos para inquirir a respeito do tema proposto.

Dando início às exposições, concedo a palavra ao Sr. Gilson Cardoso, Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que propôs esta audiência na Comissão cujo Relator foi o Deputado Pedro Wilson. S.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. GILSON CARDOSO - Boa tarde a todos da Mesa e do plenário.

Passamos por grave e difícil momento dos movimentos sociais no Brasil. É sempre bom lembrar que este ano, quando se comemoram os 20 anos da chamada Constituição Cidadã e os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os movimentos sociais no Brasil, na atual democracia, que, apesar de capenga, é uma democracia, têm forte presença na sociedade. Por isso, deveriam ser muito mais respeitados pelas forças conservadoras que estão em todos os lugares do País.

Existem nesta Casa vários companheiros que se juntam a nós nessa luta, como o Deputado Adão Pretto, Presidente desta Comissão, os Deputados Pedro Wilson e Chico Alencar, aqui presente, e outros Parlamentares. Mas, de maneira alguma, devemos entender que o Poder Legislativo está do nosso lado.

Também temos companheiros no Ministério Público e no Judiciário, mas, sob hipótese alguma, devemos achar que essas instâncias de poder são nossas companheiras neste momento. Aliás, o Judiciário é uma das instituições cuja função



deve ser reformulada, para passar por um processo de democratização, devido aos últimos acontecimentos.

Eu gostaria de lembrar também a histórica luta dos índios e negros no Brasil. Digo isso porque a onda conservadora contra os defensores de direitos humanos, as lideranças políticas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Peço licença para anunciar a chegada do Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que muito nos honra com a sua presença.

O SR. GILSON CARDOSO - Como estava dizendo, a onda conservadora contra defensores de direitos humanos, lideranças políticas e movimentos sociais no País cria um momento difícil. E, de fato, devemos permanecer firmes contra essa onda conservadora de perseguições, ofensas, calúnias, difamações, prisões arbitrárias e até vitimização.

Podemos citar uma série de lugares no Brasil onde há criminalizações contra os movimentos sociais, tais como a perseguição dos índios em Roraima; os casos ocorridos no Pará, no Espírito Santo, em São Paulo — há representantes desses Estados aqui —; os episódios ocorridos em Coqueiros do Sul, no Rio Grande do Sul. Enfim, estamos passando por várias situações devido às forças conservadoras contra os movimentos sociais.

Os ataques aos movimentos sociais são também um ataque à Constituição Federal e à democracia do nosso País. Acredito ainda que a democracia, pela qual tanto lutamos, ainda não chegou, sob hipótese alguma, a todos os cantos do Brasil.

Cito um claro exemplo do que acontece no Rio de Janeiro e nos grandes centros urbanos. Trata-se da visão de segurança pública imposta pelo Governo do Estado naquela cidade. Ou seja, a forma de atuar da polícia nas favelas do Rio tem causado a morte de pessoas, que eles agora chamam de atacado. Em cada entrada da polícia numa favela do Rio de Janeiro morrem de 5 a 12 pessoas.

No Morro da Providência houve também um seriíssimo problema com a ação do Exército Brasileiro. Já havíamos alertado que o Exército não deveria ocupar aquele morro nem morro algum do Rio de Janeiro ou de outro Estado do Brasil.



Essa questão é séria e nos dá a certeza de que, de modo algum, os movimentos sociais podem estar sozinhos. Eu acho que a nossa luta tem de ser de unidade. Não podemos mais lutar separadamente. Por isso estamos aqui hoje.

Queremos alertar os senhores para o fato de que em alguns lugares do País populações e territórios indígenas são tratados com barbárie, sinal de que devemos radicalizar a luta pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil.

Devemos também entender que a luta dos movimentos deve ser de união, porque se recuarmos neste momento não seremos justos com a luta dos índios, não seremos justos com a luta dos negros, não seremos justos com a luta dos pobres, porque a democracia não chegou de fato para todos.

Então, na luta pela democracia e pelos direitos humanos, devemos buscar a sociedade de fato justa e igualitária que tanto queremos e que é o cerne da nossa luta.

Chamo a atenção de todos e das forças progressistas, independentemente da região do País, seja na sociedade, seja no Estado, para que nos unamos, a fim de nos fortalecermos cada vez mais. Não podemos recuar de modo algum.

O Movimento Nacional dos Direitos Humanos — MNDH, no último encontro, realizado no final de abril, teve como principal tema a radicalização dos direitos humanos. É isso que devemos fazer: radicalizar a luta pela democracia e pelos direitos humanos. É necessário estarmos presentes para dar suporte a toda pessoa que tiver seus direitos humanos violados no Brasil.

Apesar do grave momento, quero chamar a atenção para algumas questões. Uma é o Morro da Providência. Quem de nós esperava que, depois do episódio, os moradores daquela comunidade descessem o morro e fossem ao Comando Militar do Leste protestar? Há quanto tempo não víamos isso? Infelizmente, isso se deu num momento grave, mas foi isso que aconteceu.

Outra questão que pode nos chamar a atenção é a pesquisa encomendada pela Companhia Vale do Rio Doce sobre o MST e os movimentos sociais. Essa pesquisa é meio contraditória, mas nos deixa clara uma questão: a opinião pública está dividida com relação ao MST e aos movimentos sociais. Nós não estamos sozinhos nessa luta. E isso levando em consideração como chegam essas



perguntas pela mídia à população. É algo que deve nos alertar e nortear a nossa luta por direitos humanos no Brasil.

Outra questão que me chamou muito a atenção foi a CPI do Sistema Carcerário. Pela primeira vez eu vi a população estarecida com o que acontece nas prisões brasileiras. Quer dizer, se se mostrar à população, de fato, o que ocorre com os movimentos sociais, ela dará respostas.

Está aí a criminalização contra todas as lideranças, contra todos os defensores de direitos humanos, contra todos os movimentos. Mas está aí também o avanço da luta por democracia, está aí também a luta e o avanço da luta por direitos humanos. Estamos no caminho certo. Precisamos sair daqui unidos de vez, para que possamos avançar nessa luta pela democracia e pelos direitos humanos.

A luta por uma sociedade justa e igualitária e para a união dos movimentos sociais deste País e contra todos os retrocessos que existem aqui continua.

O Poder Judiciário tem de sofrer uma democratização, a fim de que não seja mais o batedor do martelo sobre todas as questões, inclusive sobre a democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao companheiro.

Anunciamos que vários Deputados já passaram por aqui, marcaram presença e tiveram de se ausentar. Temos aqui ainda a presença dos companheiros Freire Júnior; Anselmo, do Acre; Dr. Rosinha; Chico Alencar, do Rio de Janeiro; a ilustre companheira Marina Silva, ex-Ministra e agora Senadora; Deputado Leonardo, de Minas Gerais.

Vamos ter de inverter a nossa pauta pelo fato de que o Ministro tem outros compromissos e pediu para ser o próximo a se pronunciar.

Então, passo a palavra ao Ministro Paulo de Tarso, por 10 minutos.

O SR. MINISTRO PAULO DE TARSO VANNUCHI - Muito obrigado, Presidente Adão Pretto, companheiros de Mesa. Aliás, aqui só tem homem, não é? Isso é um problema. Peço licença para saudar todos os Parlamentares na figura da querida amiga, companheira, minha eterna Ministra Marina Silva, especialmente o



Deputado Chico Alencar, também companheiro de todas as lutas dos direitos humanos.

Eu peço desculpas por agir de forma deselegante — falar e ir embora — e, ainda, furando a fila. O Deputado Adão Pretto me ligou ontem e pediu que se eu não pudesse estar presente que enviasse para participar da audiência o Rogério Sottili, meu secretário-adjunto, estudioso e militante também da luta dos trabalhadores rurais sem terra. O Rogério está aqui e vai ficar no meu lugar.

Não é que eu tenha um outro compromisso, porque muitos outros compromissos eu poderia adiar para ficar aqui até o final da audiência pública. É que hoje nós iniciamos na Secretária um processo especialíssimo, para debater com visitantes que trouxemos de outros Estados os 6 eixos centrais da XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, a realizar-se de 15 a 18 de dezembro, em Brasília.

Os especialistas que chegaram hoje são o Dr. Fabio Comparato e a Maria Vitória Benevides, também símbolos da luta pelos direitos humanos no Brasil. Eu não tenho como não recebê-los às 15h para a exposição que farão a mais ou menos 50 pessoas da nossa Secretária sobre 2 dos temas desses 6 eixos.

A minha presença aqui é para, primeiro, saudar a realização desta audiência, desta mobilização, em hora oportuníssima. Ouvi uma parte da manifestação do Gilson e me associo a todo alerta, a toda preocupação voltada ao início de uma onda conservadora.

Eu estou especialmente preocupado. Tentei acompanhar o Deputado Adão Pretto no evento da semana passada no Rio Grande do Sul, mas não foi possível. Mas o Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, Firmino Fecchio, está aqui presente. Quero reafirmar que a Secretária Especial dos Direitos Humanos tem completa identidade com as preocupações aqui expostas, em particular o episódio do Rio Grande do Sul, que se reveste de uma nota acima.

Acho fundamental que a resposta seja urgente e forte, porém, com a cautela de não afirmar que quem tomou a atitude preconceituosa, sectária, autoritária, foi todo o Ministério Público do Rio Grande do Sul, que também é composto de lutadores pelos direitos humanos. Daí a necessidade de separar joio e trigo e levar o caso às últimas conseqüências.



Sugiro que, de alguma maneira, seja formalizada representação diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, porque, por exemplo, no episódio da jovem de Abaetetuba, houve morosidade nas instâncias judiciais iniciais, e o Conselho Nacional de Justiça interveio, fazendo então um procedimento junto à juíza, que foi, pelo menos, omissa ou cúmplice nas violações dos direitos humanos de que aquela jovem foi vítima.

E nessa esteira chamo a atenção para o que ocorreu no Rio Grande do Sul, com um alerta especial, porque o País inteiro sabe da profunda crise institucional que acomete os governantes daquele Estado, o que sempre é uma tentação para repetir aquela velha manobra de eleger um bode expiatório, um inimigo externo, que tente, então, reunificar as forças clivadas do Governo Estadual, na medida em que o Vice-Governador é protagonista de uma onda de denúncias fortíssimas.

Então, nesse sentido e acima de qualquer outra razão, é que eu achei oportuno vir aqui para, em 10, 15 minutos que fossem, me colocar à disposição para agir com os limites e as particularidades que todos aqui conhecem da ação de uma instância de governo, que é bastante distinta daquela dos movimentos sociais. E não se deve tolerar mistura de papéis, porque sempre que há mistura de papéis teremos autoridades públicas assumindo vestes de movimentos sociais, o que também é ilegítimo, ou teremos movimentos sociais oficialistas ou chapas-brancas. Infeliz do país em que a sociedade civil e o Estado pensem da mesma forma. Não acreditemos nessas votações unânimes. A tensão é alimento da democracia. Os Poderes Públicos têm de ser pressionados e cobrados, como num evento em que, um Poder Público, a partir da provocação de parcela engajada na defesa dos direitos humanos, aciona todo um espaço institucional para fazer enfrentamento de desvios democráticos que estão sendo conduzidos por autoridades de outros Poderes Públicos.

Chamo a atenção também para o fato de que não se trata de evento só gaúcho. Hoje de manhã, no Supremo, numa celebração do 18º aniversário do ECA, ressalttei um episódio gravíssimo ocorrido em Brasília, recentemente, e que até agora não teve a necessária repercussão na mídia. Falei com um batalhão de jornalistas. Pedi aos colegas — jornalista também sou — que não deixassem de lembrar o episódio da menina xavante de 15 anos, assassinada com indicação de



empalamento no laudo necroscópico, uma menina muda, paralítica, indígena, criança, assassinada numa unidade, num próprio do Governo Federal. Não há por que desencadear repercussão menor do que no caso do assassinato de Isabella Nardoni. Por que o caso Isabella Nardoni ficou 2 meses ocupando horas de mídia, provocando horas de comoção nacional, e quando acontece um episódio como o que vitimou a jovem indígena deficiente a notícia fica na mídia apenas 1, 2, 3 dias, depois desaparece, sob a ignomínia de uma irresponsável notícia, atribuída a um anônimo delegado de Polícia, de que o assassino teria sido a mãe ou a tia da jovem xavante, que finalmente depuseram ontem em Brasília e repeliram indignada e taxativamente a acusação?

Esse episódio precisa ser trabalhado à luz de uma idéia. Isabella Nardoni causa comoção, e a menina xavante não, porque, afinal, a menina xavante teria sido morta por indígenas, e eles são todos violentos, eles não são seres humanos, eles não são cidadãos. É contra isso que uma audiência como esta tem de se levantar. Os Parlamentares aqui presentes certamente utilizarão as suas tribunas, e nós, do interior do Governo Federal, cuidaremos de levar adiante esse crime dia a dia, como fizemos no caso do Morro da Providência e no episódio do menino João Roberto, que eu de manhã também apontei como trágica contraface do caso João Hélio.

Dois anos e meio atrás, o Brasil era sacudido de novo. Desencadeou-se novamente, com reflexos aqui no Parlamento, a onda histórica do rebaixamento da maioria penal, a tentativa de demonizar, de criminalizar, de eleger como inimigo público número 1 o jovem em conflito com a lei, que os participantes desta audiência sabem está em conflito com a lei, na maioria esmagadora dos casos, porque praticou um crime famélico, porque roubou para alimentar a própria família, porque praticou um pequeno delito de entregar cocaína numa praia da Zona Sul ou na Av. Paulista, porque o Estado não foi capaz de assegurar-lhe proteção e os condicionantes de educação, de proteção social, familiar, psicológica, de inclusão na participação cidadã, disputa que está ainda por ser travada no Brasil.

O menino João Roberto é a vítima última, a mais recente — outras existirão —, da insensatez de se repetir a velha tese, já derrotada, de que se deve botar a ROTA na rua, de que se deve subir o morro em megaoperações, que invariavelmente resultam na morte de inocentes, de jovens trabalhadores, de



peças sem nenhum antecedente criminal, quando não de crianças. No episódio João Roberto, por pouco o seu irmão menor, que estava igualmente no banco de trás, também não foi morto.

Que isso sirva de alerta a todos nós, Poderes Públicos do Executivo, do Legislativo e sobretudo do Poder Judiciário, que tem o papel de arbitragem, de garantidor da punição necessária, sem a qual não há prevenção possível, não há educação em direitos humanos.

Lembro caso recente da FEBEM de São Paulo, agora Casa, em que 2 monitores foram condenados pelo crime de tortura. Desde o episódio da condenação, não se repetiram ocorrências de tortura naquela região.

Dos 3 Poderes republicanos, é absolutamente prioritário chamar, convocar o Poder Judiciário, dialogar com ele, pressioná-lo e exigir dele que seja efetivamente um garantidor dos direitos humanos, sem repetir em hipótese alguma o pensamento da Primeira República, que via a questão social, que hoje chamamos de movimentos sociais, como caso de polícia.

Os movimentos sociais são pilares da democracia. Não existiria uma Comissão de Legislação Participativa nesta Casa, não exigiria uma Secretaria Especial dos Direitos Humanos na Presidência da República, com *status* ministerial se os movimentos sociais não tivessem saído na frente 10 anos, 15 anos atrás, construindo essa caminhada.

Estamos de prontidão, aguardando as tarefas que nos forem designadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao Ministro, que ontem havia-nos comunicado que não poderia estar presente à reunião. S.Exa. fez um esforço e marcou presença, mostrando, além da sua respeitada autoridade, que é um militante da luta dos trabalhadores. Meu companheiro Rogério Sottili, gaúcho, substituirá o Ministro.

A companheira, ex-Ministra e Senadora Marina Silva, assim como os demais, está cheia de compromissos e pediu para fazer uso da palavra no início, porque terá de se retirar. (*Palmas.*) Esperamos a Ministra terminar sua conversa com o Ministro, para conceder-lhe a palavra.

Tem a palavra S.Exa.



A SRA. SENADORA MARINA SILVA - A exemplo do Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, amigo e parceiro de jornada durante bom período no Governo e agora, com certeza, amigo e parceiro de jornada no Senado da República, cumprimento de modo muito especial todos os membros da Comissão de Legislação Participativa, na pessoa do Deputado Adão Pretto, pelo esforço que tem feito de levar à frente os temas da participação, do controle social, da ampliação dos espaços no sentido de realizar a democracia de forma participativa e horizontalizada.

Sei o quanto os Parlamentares que aqui estão esforçam-se para viabilizar os meios pelos quais a sociedade pode ter sempre a clareza e a certeza de que somos eleitos para representar, e não para substituir aqueles que representamos.

Minha participação, a exemplo da participação do Ministro, será breve, porque uma votação logo se iniciará, e eu terei de estar presente na apreciação do primeiro item da pauta.

Trago minha preocupação com o que está acontecendo quanto aos avanços que a democracia e a Constituição de 1988 nos propiciaram no sentido de que a sociedade tenha o legítimo direito de manifestação e de organização, sobretudo para reparar injustiças históricas em relação a diferentes segmentos da sociedade. E é o que acontece com os indígenas, com os trabalhadores que não têm terra para trabalhar e continuar reproduzindo econômica, social e culturalmente, bem como com outros segmentos, como é o caso dos quilombolas e tantos outros da sociedade brasileira, que, em função dessas injustiças e desigualdades, buscam formas de manifestar suas opiniões e de construir esse resgate, fazendo com que as instituições públicas possam assumir efetivamente o papel de que não podem furtar-se: mediar os diferentes interesses.

O Ministro falou ainda há pouco do esforço da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Estamos vivendo um desafio em relação a vários temas. Não podemos em hipótese alguma ter retrocesso. A causa tem seu sentido e seu significado de justiça. Se existem alguns questionamentos que possam ser feitos por alguns setores em relação à forma como queremos atingir esse objetivos, essa é outra discussão. Não se pode inviabilizar um direito em relação à democracia, à liberdade de se manifestar pacificamente, à liberdade que as pessoas têm de protestar, de fazer suas manifestações e sobretudo de reivindicar seus direitos.



Sempre digo que não há erro em ter interesses. Quando a mediação não é feita de acordo com aquilo em que a democracia e a Constituição nos favorecem, nem para um lado nem para o outro, acabamos fazendo uma espécie de validação das injustiças, e geralmente ela sempre acontece em prejuízo daqueles que historicamente não tinham acesso aos meios necessários para o atendimento de suas demandas.

Minha presença é muito mais para me solidarizar com os avanços que conquistamos a duras penas, Deputado Adão Pretto, e sobretudo para que não tenhamos retrocessos nessa agenda, como estamos correndo o risco de ter em vários setores, particularmente na questão indígena, em que as conquistas da Constituição de 1988 e do Poder Executivo, que a cumpre ao demarcar e homologar terras de acordo com o que está nos preceitos constitucionais, estão sendo questionadas.

Da mesma forma que o Estado brasileiro, na feitura e aplicação da Constituição, conseguiu e vem conseguindo não recuar, não retroceder, espero que esse caminho e essa jornada continuem no Supremo. Espero que não tenhamos nenhum retrocesso e que aqueles segmentos que, como muito bem disse o Ministro, não se constituem na maioria do Ministério Público do Rio Grande do Sul, aqueles segmentos saudosos de práticas que muitas vezes se configuram antidemocráticas, possam rever suas posições e principalmente permaneçam e prevaleçam os verdadeiros defensores da democracia e do direito das pessoas de legitimamente fazerem suas manifestações.

Durante muitos anos, fui parte de uma forma pacífica de manifestação dos trabalhadores da Amazônia, dos seringueiros, na Aliança dos Povos da Floresta. Ela foi altamente eficiente em vários aspectos e foi vitoriosa. Vitoriosa porque hoje ninguém mais ousa dizer na Amazônia que, para ganhar uma eleição, se deve distribuir motosserra. Mas quem um dia levantou a bandeira contra esse discurso e essa prática foi brutalmente assassinado, foi enquadrado em lei de segurança nacional, sofreu todos os tipos de abusos e perdas, como no caso de Chico Mendes.

Nós não podemos, em hipótese alguma, sob a argumentação de questionar práticas isoladas, jogar, digamos assim, na contramão da história, com processos antidemocráticos, retrógrados e desrespeitosos, o direito à organização e à



manifestação, conquistados na Constituição sobretudo por aqueles que enfrentaram períodos dolorosos de repressão aos direitos democráticos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, Ministra Marina Silva, a quem agradecemos a participação e cuja presença foi muito importante.

Passamos a palavra ao companheiro Sílvio Santos, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

O SR. SÍLVIO SANTOS - Boa tarde a todas e a todos os presentes. Faço uma saudação especial à Mesa, particularmente ao Deputado Adão Pretto, Presidente da Comissão.

Minha fala é no sentido de relatar o que está acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul no que toca à criminalização e à repressão dos movimentos sociais, que vêm acentuando-se muito há 2 ou 3 anos e que se agravaram ainda mais a partir da divulgação de 3 relatórios, 2 deles produzidos pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e o terceiro produzido pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Entre outros pontos do relatório do Conselho está um pedido de dissolução do movimento dos sem-terra, ou seja, um pedido da sua extinção como movimento de luta pela terra.

Achei importante também relatar trecho do relatório do Conselho que diz que é um momento histórico para o Ministério Público, um marco histórico após a Constituinte de 1988 enfrentar o MST e fazer com que ele se dissolva. Pode doer nos seus integrantes, pode doer nos simpatizantes do movimento, mas é preciso enfrentar o debate e o movimento.

Ora, no nosso entender, esse trecho do relatório é uma carta branca para que as forças repressoras do Estado do Rio Grande do Sul, em especial a Brigada Militar, continuem agindo com abuso de autoridade, continuem torturando as pessoas que fazem parte dos movimentos sociais do Estado. Para nós, esse relatório, em especial o trecho que eu citei, que está muito bem especificado, é uma carta branca para que os abusos contra as manifestações no Estado do movimento dos sem-terra ou de outros movimentos continuem acontecendo, em alguns casos causando vítimas fatais, como foi o do sapateiro que, em 2005. Ele acabou sendo assassinado durante manifestação de sua categoria no Município de Novo



Hamburgo, onde morreu dentro do camburão da Brigada Militar, vítima de asfixia, e até hoje não foi explicada a causa disso.

Então, para nós esse relatório é uma carta branca para que esse tipo de coisa continue acontecendo.

Eu gostaria de citar alguns exemplos de como têm sido tratados os acampamentos do movimento dos sem-terra durante os despejos. Vou citar alguns muito rapidamente, porque depois o companheiro Dr. Leandro Scalabrin vai falar mais sobre a ofensiva do Ministério Público e a criminalização dos processos contra os dirigentes do nosso movimento.

Cito o exemplo de despejo que ocorreu ainda no ano de 2006, no Município de Nanoai, em acampamento que se localizava às margens da rodovia 324, acampamento que visava exercer pressão para que se acelerasse o processo de reforma agrária e que arbitrariamente foi despejado das margens da rodovia. De lá para cá, isso tem sido constante no Estado do Rio Grande do Sul. Pessoas foram humilhadas, passaram o dia inteiro sem receber água, sem ter acesso à alimentação, tiveram suas barracas destruídas, seus pertences destruídos, em um despejo arbitrário. Foram jogadas na rua, sem ter destino certo.

Vou citar outro exemplo de despejo, que ocorreu no Município de Coqueiros do Sul, também no ano de 2006. Após negociação com o INCRA, após a desocupação de latifúndio que os agricultores haviam ocupado no Município de Coqueiros do Sul, eles foram para área cedida por um pequeno agricultor. Nessa área, os agricultores foram vítimas de tortura psicológica. As forças repressoras da Brigada Militar impediram a entrada de água, alimentos, atendimento médico. Até a ambulância do município foi proibida de entrar no acampamento. Os agricultores foram vítimas de tortura psicológica. Durante toda a noite, foi feito um cerco policial em torno do acampamento. Foram utilizadas bombas de efeito moral, rojões, foguetes, megafones, e disseram palavras contra o acampamento. Uma das expressões mais marcantes gritadas nos megafones era "*Carajás, Carajás, Carajás*", fazendo menção ao que havia acontecido em Eldorado dos Carajás.

Tudo isso nós denunciemos em fita de vídeo ao Ministério Público, na expectativa de que esse órgão pudesse tomar providências. Esse processo foi arquivado, não foi levado adiante. Em contrapartida, é bom que se diga que o



Conselho Superior do Ministério Público do Estado aprovou esse relatório, aprovou essa ata, dizendo que o MST deveria ser combatido.

É bom que se diga também que não são todos do Ministério Público Estadual. Faço menção aqui às pessoas que compõem o Conselho Superior do Ministério Público do Estado.

Outro fato que gostaríamos de narrar nesta audiência foi a entrada da Brigada Militar em acampamento no Município de São Gabriel neste ano. Após negociação, durante a nossa jornada de mobilização pela reforma agrária, o INCRA havia cedido uma área provisória para que as famílias ficassem à espera dos futuros assentamentos. Nessa área, a Brigada Militar entrou com mandado de busca e apreensão, alegando que ali existiam foragidos da polícia, que ali existiam armas. E, nessa busca e apreensão no acampamento, utilizaram mais de 1.000 soldados e, inclusive, uma banda militar para animar as tropas durante a ação. Em outras épocas, em outros tempos, não víamos acontecer algo igual.

Nessa busca e apreensão, além de todo o processo de humilhação que as famílias sofreram, além de ficar todo um dia sem alimentação, todos, homens, crianças, mulheres, idosos, foram obrigados a ficar sentados com a cabeça sobre os joelhos, das 7h da manhã às 5h da tarde, à espera da identificação, à espera da busca pelas armas dentro do acampamento. Resultado da busca: em torno de meia dúzia de foices foram apreendidas, alegando-se que essas eram as armas que eles buscavam.

Então, foi uma forma arbitrária de agir, e nós, por meio desta audiência, queremos denunciar a forma com que a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul vem agindo com os movimentos sociais.

Outro caso que eu gostaria de citar aqui, também neste ano, no mês passado, foi em Viamão, município onde um grupo de agricultores montava acampamento, em área cedida por um agricultor, para se organizar e reivindicar seu direito à terra. Esse acampamento foi abordado e seus integrantes foram levados à delegacia para identificação, e o acampamento foi completamente destruído. Entraram no acampamento sem nenhum mandado judicial, sem nenhuma ordem de juiz, apenas a cargo do Coronel Paulo Roberto Mendes, da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul,.



Por fim, o outro caso que gostaríamos de citar aqui foi o que aconteceu com os acampamentos situados no Município de Coqueiros do Sul, no mês de junho. Dois acampamentos, cerca de 350 famílias, estavam à espera dos assentamentos em 2 áreas que foram cedidas por pequenos agricultores, porque às margens das rodovias federais e estaduais não se pode mais ficar. Então, a forma encontrada por esses agricultores para continuar seu processo de reivindicação pela terra foi buscar apoio na sociedade, buscar pessoas que pudessem ceder espaços para montar os acampamentos.

E esses 2 acampamentos, a pedido do Conselho Superior do Ministério Público e com liminar da Justiça de Carazinho, foram despejados dessa área, de forma arbitrária, na manhã mais fria do Estado do Rio Grande do Sul. Trezentos e cinquenta famílias, sendo 250 crianças, foram despejadas, jogadas às margens do asfalto, sem ter para onde ir, sem ter as mínimas condições de infra-estrutura para um ser humano.

A justificativa para esse despejo é a proteção do latifúndio, de forma completamente arbitrária, que também gostaríamos de denunciar nesta audiência pública.

Essa rotina de despejos não pára. Há poucos dias, em outra Comissão em Brasília denunciemos que essas mesmas 350 famílias foram despejadas de suas áreas — onde havia posto de saúde e escola, e cada um tinha a sua horta para tirar dela o seu sustento — e jogadas à beira da estrada. Novamente, as famílias tinham pedido de despejo para acontecer naquela semana. Provavelmente, seriam jogados em outra beira de rodovia.

Após várias reuniões, esse pedido foi cancelado por 90 dias. Na semana que vem, outro despejo está marcado para o acampamento no Município de Trindade do Sul, que está entre as margens da rodovia 324 e o lote de um assentado que o cedeu para que as famílias ali permanecessem e, a partir dali, reivindicar a questão da terra.

Esse acampamento, a pedido do DAER, está com despejo marcado para a próxima semana. Provavelmente, essas famílias vão ser jogadas em outra rodovia, porque em área cedida não podem ficar. Em rodovias também não podem ficar. Vão



ser jogadas para outra estrada e dali jogadas para outra e outra, e assim conseqüentemente.

É dessa forma que tratam os movimentos no Rio Grande do Sul, com repressão, com criminalização, impedindo completamente nosso direito de nos organizar e de lutar pela questão básica do acesso à terra. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Muito obrigado, companheiro Sílvio Santos, pela brilhante explanação.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, companheiro Pedro Wilson, que lerá os nomes das entidades que estão participando da nossa audiência pública.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Sr. Presidente, estão presentes o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Via Campesina, Terra de Direitos, Núcleo Agrário do PT, Articulação Grito dos Excluídos, ABONG, INESC, Greenpeace, CONAQ, Ralacôco, CEBI, MSU, CONIC, CUT, ANDES-SN, CONLUTAS, ENEFAR, EXMAEPE, CDDH, INCRA/MDA, Banco do Brasil, Sociedade dos Direitos Humanos do Pará, Movimento Nacional dos Direitos Humanos de São Paulo, Espírito Santo e Goiás, Conselho Federal de Psicologia, Causa Operária, Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, PSOL, SINDSEP, CNASI, CONUB, Fórum Nacional de Reforma Agrária — FNRA, CONTAG, CFEMEA, FEAB, UFG, PRF, COIAB, MNU e Núcleo do Trabalho do Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, uma observação: dada a nossa proposição, talvez eu não tenha condições de fazer uso da palavra no começo, porque vou ter uma audiência com o Ministro Hélio Costa e com a Comissão de Direitos Humanos sobre a realização da I Conferência Nacional de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Deputado, V.Exa. vai representar esta Comissão lá.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Vou representar a Comissão de Legislação Participativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao Deputado Pedro Wilson e a todos os presentes.



O companheiro Sílvio Santos falou um pouco mais porque é o sujeito da história. Agora vou ter de ser rigoroso quanto ao tempo, porque senão vamos ficar até tarde aqui. Não é que um seja mais importante do que o outro. O tema que ele levantou é o que estamos aqui debatendo.

Passo a palavra ao nosso companheiro Paulo Maldos, representante do Conselho Indigenista Missionário, pelo prazo de 5 minutos. Quando faltarem 2 minutos, nós avisaremos V.Sa.

O SR. PAULO MALDOS - Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço à Comissão de Legislação Participativa e ao Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto, o convite e cumprimento os membros da Mesa.

Vou ater-me à questão da Raposa Serra do Sol. Vou dar uma informação básica sobre a situação que ocorre ali e a ameaça que os índios sofrem com a criminalização atualmente.

Recuando um pouco no tempo — em termos indígenas, eles estão ali há cerca de 3 mil anos —, até os anos 20 do século passado, quando chegaram os beneditinos naquela região, aqueles povos — são 5 povos, macuxi, wapixana, ingaricô, taurepang e patamona — eram tratados pelos fazendeiros de então, a sociedade nacional, literalmente como gado. Eram marcados a ferro como o gado que eles possuíam.

Chegando os beneditinos, eles denunciaram essa situação, e suas casas foram baleadas, foram todos ameaçados de morte e tiveram de recuar para dentro da terra indígena, para serem protegidos pelos índios. Naquele momento, eles escreveram uma carta ao Ministro da Agricultura da época, em 1922, solicitando a demarcação, para a proteção dos índios. O interessante é que a terra reivindicada há quase 100 anos é exatamente a mesma da Raposa Serra do Sol hoje. Está nos documentos enviados pelos beneditinos ao Rio de Janeiro ao então Governo Federal .

A história dos índios em todo o século XX foi permeada por agressões, por violências, por escravização feita por outros fazendeiros, por garimpeiros e por aventureiros de toda sorte que a Amazônia recebe sempre.



Por fim, depois de mais de 30 anos de luta, eles conseguiram que essa terra fosse demarcada no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, homologada e registrada finalmente no Governo Lula, em 2005.

É importante frisar em audiências como esta que a terra indígena não é propriedade dos índios. Não é propriedade dos índios. É terra da União. A União tem duplo poder nas terras indígenas, em faixa de fronteira principalmente. A terra é da União, e não há nenhum proprietário ali. Certo? A União tem plenos poderes de entrada, de saída, de instalar quartéis de circulação de força de segurança e assim por diante.

Depois de homologada e registrada, o MDA e o INCRA fizeram o processo de desintrusão desde então, e foram retirados praticamente todos os invasores de boa-fé. Todos que estavam ali por algum motivo, sem saber que se tratava de terra indígena, aceitaram sair, tiveram suas remunerações, seus lotes de reassentamento. Escolheram lotes de reassentamento e foram reinstalados.

Depois de homologada — o Governo Federal teve 1 ano para retirar o conjunto dos invasores —, 6 grandes arroteiros se negam a sair da região. Eles têm muito apoio do Governo Estadual. Desde então, esses 6 arroteiros vêm resistindo com um elenco de crimes inimagináveis para qualquer movimento social neste País. Vou elencar aqui alguns: ataques armados aos índios, destruição de casas dos índios com bombas incendiárias, resistência armada à Polícia Federal, idas a rádios e televisões do Brasil e da Venezuela, fazendo conclamações armadas para a insurgência popular contra o Governo Lula, ataques à Polícia Federal com bombas incendiárias.

O filho do principal arroteiro, Paulo César Quartiero, tentou jogar uma bomba incendiária, que explodiu na própria mão, e disse que não se lembra mais do fato.

Uma novidade para o nosso País foi a instalação de um carro-bomba em frente à Superintendência da Polícia Federal na região. Não conseguiram também, por incompetência, fazê-lo explodir.

Minaram uma estrada em que a Polícia Federal ia entrar para fazer a desintrusão. Ela foi minada, como na Guerra do Vietnã, como no Iraque. Minaram, simplesmente, para assassinar membros da Polícia Federal.



O Supremo Tribunal Federal acolheu questionamento da Operação Upatakou sobre a retirada definitiva dos grandes arroteiros. Infelizmente, o STF acatou e deve julgar o mérito no início de agosto. Nesse meio tempo, a Polícia Federal manteve-se na área para fazer investigações, para proteção dos índios, e ali identificou a presença de ex-integrantes da ABIN, da inteligência, como se pessoas tivessem orientado e ensinado técnicas de guerrilha, como minar as estradas. Cento e quarenta bombas incendiárias foram encontradas na Fazenda de Paulo César Quartiero. Enfim, um personagem que vem da ABIN, Gelio Fregapani, segundo a Polícia Federal, foi o orientador das ações dos pistoleiros, dos fazendeiros. Até agora nada aconteceu com essa pessoa.

Faço um apelo para a Comissão e uma solicitação à Polícia Federal para dizer a quantas anda essa investigação que já saiu na mídia em Boa Vista e na *Folha de S.Paulo*. Gostaríamos de saber a quantas anda a investigação a respeito da atuação do ex-funcionário da ABIN.

É importante dizermos agora, quando está na reta final o julgamento do mérito no Supremo, da nossa estranheza com como os Ministros acatam as teses de que os índios são uma ameaça à soberania nacional, apesar dos crimes cometidos só do lado de lá em centenas de anos de luta. Nos 30 últimos anos, não há nenhum crime, nenhuma agressão a um fazendeiro, a uma propriedade, a ninguém, sempre atuando, no Estado nacional, de acordo com a metodologia das nossas instituições, respeitando os momentos, respeitando todos os rituais, os prazos. Nunca fizeram uma insurgência qualquer. E do lado de lá são só crimes. Por que eles são ameaça à segurança nacional?

Inclusive é interessante que um dos arroteiros — não é o grandão, mas um dos associados, que é menor — entrou no STF, junto com os arroteiros, questionando a área indígena. É uma figura de família de origem canadense, da Guiana, e sua família tem propriedade do lado de lá também. Essa pessoa não ameaça a segurança nacional. Os índios, que estão lá há séculos, ameaçam.

Percebemos, em conversas com os Ministros, que existe, sim, um *lobby* permanente — é uma usina de mentiras, na verdade — sobre a atuação de missionários, dos indígenas, de ONGs inexistentes na região, para embasar uma atuação que seria de ameaça à segurança nacional.



Os índios estão firmes. Estão mobilizados na região e pretendem vir a Brasília durante os dias do julgamento. Os Ministros do STF têm dito que talvez dure 3 dias o julgamento. Vai chamar muito a atenção nacional e internacional esse julgamento. Para nós, trata-se de situação de extrema insegurança notar a forma recorrente das perguntas dos assessores dos Ministros aos indígenas, às entidades, como a CNBB, que vão conversar com os Ministros. Sempre a pergunta é sobre a ameaça à segurança nacional, à soberania nacional que os índios seriam.

Temos uma conquista importante, consolidada pelo Governo Lula, da homologação do registro dessa área. Tornou-se uma área símbolo de todas as lutas indígenas no País. E vemos essa importante conquista sendo ameaçada.

Queremos frisar que, se a homologação dessa área for anulada, ou mesmo se for reduzida na técnica jurídica chamada modulação de efeitos, separando áreas para fronteira, para presença militar exclusiva, ou deixando os fazendeiros, seja qual for a modulação de efeitos, uma novidade do STF, pelo que eu pouco conheço da questão jurídica, certamente isso vai tornar insegura toda e qualquer terra indígena já conquistada no Brasil. Vai causar uma insegurança enorme a todas as terras que passaram por todo esse processo. Inclusive já ouvimos na Bahia, no Acre, em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e até em Santa Catarina fazendeiros dizendo que depois de Raposa vai ser aqui. *“Depois de Raposa, podem esperar que a gente vai para cima de vocês”*.

Quer queiram, quer não os juristas, a decisão sobre Raposa vai, sim, ter consequências para todos os povos indígenas do Brasil e para territórios quilombolas. Haverá todo um debate político e jurídico sobre a questão de territórios no Brasil, territórios camponeses, indígenas e quilombolas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao Sr. Paulo Maldos e passamos a palavra ao nosso companheiro Damião Braga Soares dos Santos, representante dos quilombolas.

S.Sa. tem 10 minutos. Vamos avisar 2 minutos antes do encerramento.

O SR. DAMIÃO BRAGA SOARES DOS SANTOS - Boa tarde, Mesa, boa tarde, Plenário. Sou brasileiro, portuário, quilombola e hoje estou nesta Casa como representante da Coordenação Nacional dos Quilombos — CONAQ.



Como nunca posso esquecer de onde vim, uma natureza do meu povo, além de demandar inconformidade de todos os quilombolas, venho por meio de minha fala apresentar a angústia de um quilombola saído da zona portuária do Rio de Janeiro, Capital do meu Estado, sem dúvida alguma uma das mais importantes matrizes espaciais e simbólica de revelação da cultura negra africana e afrodescendente do nosso grande País. Sou do porto, sou do santo e sou do samba.

Lá de onde eu vim, do Quilombo Pedra do Sal, por ocasião de nossa discussão fundiária, nosso maior desafeto ao objetivo do reconhecimento de nossa propriedade é a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, instituição religiosa franciscana que, para nos desqualificar, organizou reunião no mês de julho de 2007, convocando a comunidade escolar das instituições de ensino que mantém na área, Escola Padre Dr. Francisco da Motta e Escola de Ensino Médio Sonja Kill, sob o pretexto de uma reunião sobre assuntos escolares.

Essa instituição levantou falso testemunho sobre nossa condição, tentou comparar-nos a delinqüentes que circulam por nossa comunidade, como traficantes de drogas, expondo que nossa causa era mais nociva aos interesses do coletivo da nossa região do que as ações desses indivíduos marginais que por lá transitam.

Pasmem: foi assim que nos atacaram. Foi sem o mínimo de respeito à nossa origem cidadã e condição social íntegra que nos avacalharam lá naquela dita reunião escolar, como em outras falas mais à frente. Falaram de tudo para a comunidade. Eu mesmo fui satanizado pelos que diziam que nós éramos contra a escola e que tínhamos a intenção de retirá-la de sua base, na área do Largo de São Francisco da Prainha. Alegavam que na região de um quartel — lá existe um quartel —, Fortaleza da Conceição, jamais seria possível ter havido um quilombo. Fala deles.

Qual foi a reação do povo local? Eles nos abominaram, nos xingavam nas rodas de conhecidos e desconhecidos depois dessa manobra irresponsável da Venerável Ordem Terceira.

Eu, pessoalmente, tive que me afastar da comunidade, pelo fato de que esse mecanismo indignou tanto o pai de família trabalhador quanto outros que respondem pela demanda das relações ilícitas na região: traficantes e delinqüentes afins. Isso



nos foi alardeado pelos nossos, que não nos abandonaram, que sabiam da nossa integridade moral e luta na Pedra do Sal.

O meu testemunho é de um quilombola que sofreu na pele a criminalização por ter uma atividade consciente dentro do espaço de minha comunidade. Usaram membros da academia contratados, historiador e antropólogo, para induzir o povo local a que nós falávamos em causa própria e que o Quilombo na Pedra do Sal era coisa de gente que apenas queria acabar com a obra da igreja, que negros, naquela região, reduzidos historicamente em passagens esporádicas pelos mercados de escravos — fato de nossa história na região, que nenhum deles teve coragem de dizer que não existia. Ficamos reduzidos a meros desconstruidores de uma obra assistencialista, de educação incomparável com ausência ou incompetência do Poder Público, segundo gestores da VOT, que alardeiam isso sem o mínimo pudor. VOT, no caso, é a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Ficamos nós reduzidos a um grupo sem caráter e de falsa identidade, uns espertalhões. Todos nós, envolvidos na organização da ARQPEDRA, temíamos por nossa integridade física, diante do quadro construído pela fala da VOT, de forma pública e irresponsável. Pois, em nenhum momento, processualmente, foram postas em questão as escolas ou suas áreas no processo de regularização fundiária que tramita no INCRA.

Quantos quilombolas são ou foram assim classificados por terem-se organizado e posto em xeque procedimentos seculares de imposição de força econômica das elites?

No caso da área portuária da cidade do Rio de Janeiro, nas 2 primeiras décadas do século XX, cada mililitro de mar reduzido pelos aterramentos contínuos até a construção definitiva do porto da cidade do Rio de Janeiro — que ali se construiu por obra e mão-de-obra maciça, sem dúvida, de trabalhadores negros, na maioria escravos e, já no processo republicano, ex-escravos — é a herança que requeremos para discutir e ver reconhecido por política reparatória nosso território. É nosso objetivo, e seu reconhecimento pelo Estado brasileiro, um caso de justiça.

Nesta Casa, o jornalista Nelson Barreto, em 26 de novembro de 2007, autor do nefasto *Revolução Quilombola*, foi recebido e ouvido como representante da Venerável Ordem Terceira. E aqui, como já fazia lá em nosso território, sapecou sua



verborragia contra nós, sendo que, na Casa, alguns que nos representam por afinidade étnica e ocupação de pauta parlamentar se licenciaram aos muitos minutos da manifestação desse senhor, que veio aqui repetir, na sua eloquência, que nós não passávamos de aproveitadores e oportunistas. Mais uma vez, fomos chamados de espertalhões, no mínimo.

Violência hoje é a tônica de discussão nesta Casa. Não tenham dúvida de que nós, quilombolas, somos herdeiros da maior violência que este mundo produziu contra a condição humana, que foi a tradição escravista do africano, por muitos séculos, iniciada nos primórdios do renascimento comercial europeu e da expansão sobre a África.

O legado do nosso povo foi manchado por esse veiculamento de nossa cor e raça a essa condição até as portas do século XX. Isso ecoa até os dias atuais de forma negativa em muitos dos nossos. No Brasil, pátria em que a identidade se mesclou a tantos outros valores, entendemos que, desde consumado o fim oficial da escravidão, nosso povo passou a se constituir vítima maior de modelo de sociedade que com certeza reproduziu mecanismos de exclusão e violência. Os dados e índices sociais negativos a nossa identidade de afrodescendentes não deixam dúvidas de que fomos marginalizados por esse modelo também. Continuamos cidadãos de segunda, embora não mais escravos, como no passado colonial.

Estamos aqui para ser ouvidos e dizer que não abaixaremos a guarda de nossas lutas e conquistas até que o Brasil confirme, em toda a sua construção, os segmentos de uma política reparatória que, além de nacional, é também parte de nossos compromissos internacionais com histórico de discriminação — no nosso caso, a escravidão representou a maior matriz de violência. E hoje são os índices negativos dados aos afrodescendentes.

Agradeço a atenção a todos e peço que seja feito 1 minuto de silêncio em atenção ao fato ocorrido no entorno de nossa comunidade no Morro da Providência, onde 3 jovens pretos, por que não também quilombolas, foram assassinados por negligência e irresponsabilidade de representantes do nosso Exército.

Não estou aqui para culpar as Forças Armadas, mas se um ato heróico é reflexo positivo do coletivo, o desvio de conduta é também algo que o coletivo não pode excluir de se sentenciar sobre.



Vivam as nossas Forças Armadas! Viva João Cândido! Viva Marambaia! Viva Alcântara! Titulação já aos territórios quilombolas! (*Palmas.*)

(*A Casa presta a homenagem solicitada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao companheiro Damião.

Passamos a palavra ao companheiro Gilberto Souza, representante da Comissão Justiça e Paz da CNBB do Brasil.

O SR. GILBERTO SOUZA - Boa tarde à Mesa, a cada um e a cada uma dos lutadores e das lutadoras sociais, que certamente representam o que de melhor este País produziu ao longo de 500 anos de história ocidental.

Vou reiterar ao Presidente o que já lhe disse hoje de manhã na CNBB. Eu gostaria de estar neste espaço discutindo assuntos da pauta da sociedade democrática brasileira.

Passados 20 anos da promulgação da chamada Constituição Cidadã, percebemos que seu art. 14, que legitima, que normatiza, que regulamenta a participação social, o referendo, a iniciativa popular, ainda está distante de chegar a termo.

Um dado nos chama a atenção. Estamos, a Comissão Justiça e Paz e outras 37 entidades nacionais, envolvidos em mais uma iniciativa popular de lei e percebemos que o avanço da Internet ainda não chegou a esta Casa. Mais de 40 milhões de brasileiros não têm acesso.

Antes de começar minha fala, eu gostaria de fazer saudação especial a alguns fora-da-lei — como a ordem costuma nomear. Porque, diante de um professor de História, Deputado Chico Alencar, Zumbi dos Palmares é um fora-da-lei; Sepete Araju é um fora-da-lei; João Cândido também. Cem anos atrás, era normal, constitucional, garantida por ordem a chibatada. Há poucas décadas — estou vendo várias mulheres aqui, embora elas não componham a Mesa —, as mulheres não tinham direito a voto. E outras questões mais a História nos mostra.

Hoje as mulheres têm direito a voto. A jornada de trabalho antes era de 48 horas, hoje é de 44 horas. Várias conquistas já alcançamos. Por obra e graça do legislador? Não. Há um ator importante nesse processo, garantindo esses avanços.



Podemos tomar o exemplo do processo de elaboração da Constituição de 1988. Não fosse a participação da sociedade civil brasileira, a terra quilombola não teria sido garantida, a questão indígena não teria entrado na agenda política, os avanços nas relações de gênero não teriam sido possíveis. Ou seja, na sociedade democrática, acreditamos, e o Brasil talvez seja uma das poucas democracias que têm no seu instrumento principal, a Constituição, a garantia de uma democracia participativa. Essa é a grande inovação, nascida justamente como fruto de todo um processo de democratização que nós vivenciamos.

Se, na década de 1980, ou de 1970, o Estado era impermeável às transformações, às mudanças, foi conquista dos movimentos sociais a criação dos Conselhos, dos espaços paritários. Hoje, na agenda da sociedade, está o quê? A pouca efetividade.

E aí causa estranheza esse tal do entulho autoritário, vamos dizer assim, presente em setores, que quero acreditar sejam minoritários, de uma instituição fundamental da República, o Ministério Público, que eu aprendi que é o defensor do pobre, da viúva, da criança, dos direitos difusos.

Quando eu leio essa peça com um vício de historiador, pensei que eu estava no Brasil Colônia, na República Velha. Os termos são basicamente os mesmos utilizados naquela época. Causam indignação, perplexidade.

Olhando para essa fileira de Parlamentares, vejo que todos vieram de lutas nos movimentos sociais, são expressão dos movimentos sociais. O Presidente desta Casa, Poder essencial da República, que valorizamos, é fruto do movimento social, sindical, dos médicos. Então eu pergunto: isso é criminalização dos movimentos sociais ou criminalização e desconstrução da democracia? Porque, segundo consta na Constituição da República Federativa do Brasil, está garantido o direito de participação, o controle social.

E eu não queria falar apenas no MST. Não é só o MST o agredido nessa ação horrorosa e, quero acreditar, minoritária do Ministério Público. É agredida toda a consciência democrática forjada nos últimos 40 anos no Brasil, que custou muito sangue. Nós, da Igreja, temos os nossos mártires desse período, e os movimentos sociais também têm os seus. Como esquecer que, na Amazônia brasileira, no Pará,



bispos atuantes sofrem no lombo perseguição em pleno século XXI simplesmente porque se colocam ao lado dos que mais precisam, os índios, os negros, os pobres?

Para não exceder muito o tempo, quero aproveitar a presença aqui do representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, que tem tradição de luta pelos direitos humanos, para pedir-lhe que interceda a fim de que o Presidente da República, com a legitimidade e a popularidade que conquistou, num processo que deu origem ao que ele é, seja mais enérgico e, da mesma forma que está defendendo agora o biodiesel — é o soldado mundial do biodiesel —, seja o soldado da democracia brasileira, que está sendo agredida nesses tempos. (*Palmas.*) Com toda a legitimidade que tem, por ser fruto de um processo de síntese que deu origem ao que ele é, com todas as limitações que não vamos detalhar neste momento.

Para terminar, em 2000 eu estava em Salvador, participando de uma marcha lindíssima de comemoração dos 500 anos de resistência, resistência não dos que chegaram nas caravelas, mas dos que estavam do lado de cá, na praia, a resistência índia, negra e quilombola. Lá eu vi muito negro sendo arrastado, muito índio sendo arrastado, muito sem-terra sendo arrastado. Eu pensava, quando tinha 16 anos e estudava a história do Brasil — Brasil nunca Mais —, que aquilo não aconteceria no Brasil nunca mais. Pois, em pleno século XXI, com representação dos movimentos sociais nos espaços do Judiciário — há juízes que têm tradição de luta, de relação com o movimento social —, no Congresso Nacional e no âmbito do Governo Federal, ainda assistimos a essa tentativa de desconstrução da legitimidade pública que os movimentos sociais adquiriram.

Para concluir, deixo saudação especial para o MST. Muitas pessoas da elite brasileira são ciosas da imagem pública que o Brasil tem no contexto internacional. Saibam elas que, numa rápida pesquisa em *sites* importantes de universidades públicas de vários países europeus, até da América, o MST é o movimento mais estudado na academia mundial como exemplo de conquista, de luta e de valorização da terra.

Disseram que eu tenho mais 20 minutos, mas não quero aproveitar tanto tempo assim — Rosinha não me deixaria falar tanto. Concluo dizendo que tenho muita indignação e esperança também. Aprendi com minha mãe que ninguém bate em cachorro morto. Isso é sinal de que estamos vivos, estamos construindo para



além. Se acham que temos direitos demais, achamos que temos direitos de menos. É momento agora de universalizar direitos.

Há poucas semanas, estive em reunião em que se discutia a reforma tributária. Quero fazer um apelo aos Deputados aqui presentes no sentido de que prestem atenção em algo que está lá.

O INESC fez um estudo muito bom. A CNBB também se posicionou. A reforma tributária, em alguma medida, ao tirar o carimbo que existe na Constituição para recursos para a Previdência Social, pode ser uma tentativa de reforma da Previdência em outros termos e sem criar o clamor nacional que criaria se fosse uma reforma da Previdência da forma como conhecemos.

Trago saudação especial de Carlos Moura, militante da causa negra, especialmente da causa quilombola, e do Secretário-Geral da CNBB, Dom Dimas Lara, que não pôde aqui estar presente, mas me pediu que manifestasse toda a solidariedade não ao movimento específico, mas ao que simbolizam as forças sociais que ajudam a alargar, consolidar e ampliar a democracia brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao companheiro Gilberto Souza as palavras de ânimo e de militância.

Passamos a palavra ao nosso Líder da bancada, que nos honra com sua presença. S.Exa. tem muitos compromissos, mas dará o seu recado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO RANDS - Abraçando todas as companheiras e companheiros dos nossos movimentos sociais, saúdo os Parlamentares aqui presentes, na pessoa do Presidente da Comissão de Legislação Participativa, companheiro Adão Pretto. Quero saudar também todos os que integram o Governo Lula.

A bancada do Partido dos Trabalhadores está profundamente preocupada com algumas manifestações de órgãos do Estado brasileiro que revelam reincidência de viés antipopular, antidemocrático, autoritário e policialesco.

A ata do Conselho do Ministério Público do Rio Grande do Sul é uma pérola às avessas. É um emblema de tudo o que um órgão do Estado não poderia conceber. É a materialização do preconceito, da tentativa de criminalizar os movimentos sociais.



A ação movida por aquele Ministério Público contra o MST é algo que atinge todos nós. Não somente nós, da esquerda brasileira, não somente nós, dos movimentos sociais, sem os quais não há transformação possível num país como o Brasil. Vou além: todos aqueles que têm qualquer compromisso democrático não podem ficar silentes, inertes diante do avanço da reação, diante do avanço do preconceito e da intolerância que quer criminalizar os movimentos sociais.

Esse assunto é talvez hoje o mais presente, meu caro Adão Preto, na bancada do Partido dos Trabalhadores. Estamos querendo que atos como esses sejam reproduzidos. Todos nós aqui presentes, os Deputados Pedro Wilson, Eudes Xavier, Anselmo de Jesus, Dr. Rosinha, Chico Alencar, João Alfredo, que integrou a nossa bancada, Paulo Rubem Santiago, que também integrou a nossa bancada, estamos irmanados nesse grito de protesto, nessa afirmação de que não aceitamos que instituições públicas queiram criminalizar os movimentos sociais.

Precisamos juntar-nos todos, precisamos procurar as demais entidades e fazer pronunciamentos no plenário e em outros fóruns da sociedade civil. Hoje, no horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, vou fazer pronunciamento com essa reflexão, relatando esta reunião da Comissão de Legislação Participativa.

Que todos nós estejamos mobilizados, que alavancuemos a nossa capacidade de articulação dos demais movimentos sociais, das demais entidades da sociedade civil e de todas as forças democráticas do País que não aceitam a criminalização, a judicialização e a politização da política e que querem, em última instância, reeditar os ambientes de intolerância que predeceram, por exemplo, a ditadura militar.

Do Partido dos Trabalhadores, incorporação plena a todas essas mobilizações dos movimentos sociais. É a força desses movimentos que faz com que o Brasil avance e hoje seja o país que está no rumo da inclusão, do combate à desigualdade e à pobreza e sobretudo da democratização que não seja apenas formal, que não seja apenas no Parlamento, mas de todas as instâncias da sociedade.

Então, é a força do Partido dos Trabalhadores, junto com todos os movimentos sociais, para dizer “não” a todos os reacionários deste País. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos a nosso Líder Maurício Rands a presença e as palavras.

Dando continuidade aos trabalhos, passamos a palavra ao companheiro Leandro Scalabrin, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

O SR. LEANDO SCALABRIN - Boa tarde a todos e a todas.

Vou falar da situação do Rio Grande do Sul. Aquilo que esperávamos que no Brasil nunca mais ocorresse infelizmente está voltando a acontecer, em uma ação em que é possível afirmar que é conjunta de 3 instituições do Rio Grande do Sul. O Estado-Maior da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a pedido do então Subcomandante, Coronel Paulo Mendes, solicitou ao seu serviço secreto, à PM2, que elaborasse relatório sobre a atuação dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul.

Tivemos acesso a esse documento por ter sido juntado a processo judicial. Nesse documento, os integrantes da Via Campesina são qualificados, em especial o MST, como afronta à ordem pública e à ordem constituída. E são caracterizados como movimentos que deixaram de realizar atos típicos de reivindicação social e passaram a realizar ações criminosas, taticamente organizadas como se fossem operações paramilitares.

Quando tivemos acesso a esse documento pudemos entender por que já, há 2 anos, em várias passeatas e protestos, houve mudança de comportamento da Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Ela passou a ter atuação abusiva, desproporcional, violenta e militarizada, como se tivesse atuando numa guerra contra um inimigo interno.

Alguns fatos ilustram bem isso que relato. Em 23 de março de 2007, 600 PMs despejaram 36 famílias do Movimento dos Trabalhadores Desempregados numa ocupação em Porto Alegre. Em 24 de abril, um protesto dos comerciários em frente a uma loja de comércio foi duramente reprimido, e 3 comerciários foram feridos. Em 28 de novembro, 300 integrantes do MTD foram despejados violentamente de uma ocupação num prédio em Porto Alegre e foram obrigados a ir marchando em passeata, presos, à delegacia. Em março de 2008, as mulheres componesas, numa ocupação na Fazenda Tarumã, foram massacradas com bombas de gás, bombas de



efeito moral, balas de borracha, com disparos na cabeça das pessoas, emprego de cavalaria. Cinquenta delas ficaram feridas, 2 estavam grávidas, e 1 foi presa. Todas foram identificadas criminalmente. Em 14 de março deste ano, estudantes e professores foram impedidos de realizar um protesto na Secretaria de Educação do Estado. Uma diretora do CPERS saiu do local algemada. Em 4 de junho, 100 policiais e 1 helicóptero para impedir um acampamento de 27 sem-terra e 4 crianças. Não foi nem mais para despejar, mas para impedir que o acampamento ocorresse à beira da estrada. Todos tiveram voz de prisão por se tratar de flagrante delito, no entendimento do comandante da operação. No dia 11 de junho, quando foi anunciado que o Coronel Mendes assumiria o Comando da Polícia Militar, uma manifestação de 400 pessoas foi dispersada nas ruas de Porto Alegre com o uso de gás, bombas, disparos na cabeça. Doze pessoas ficaram feridas, 1 gravemente, com hemorragia interna, e outras 12 foram presas.

Em vários desses episódios aconteceram aquartelamento de tropas, formação de pelotões, uso de cavalaria, de matilhas de cães. A Polícia Militar utilizou o fardamento camuflado como se fosse um exército regional. Essa atuação da Polícia Militar no Estado nos últimos 2 anos resultou já na identificação de 2 mil integrantes de movimentos sociais, para que posteriormente respondam a processos judiciais e para que sejam excluídos do programa de reforma agrária, conforme recomendação do Ministério Público Federal de Carazinho.

Isso vir da Polícia Militar não nos causa espanto. O que nos causa espanto é o Conselho Superior do Ministério Público, em 25 de junho do ano passado, determinar a abertura também de investigação sobre os movimentos sociais. Essa investigação foi sigilosa. As pessoas não tiveram oportunidade de se defender. Nessa investigação, de que todos já têm conhecimento, no voto do Relator do processo, o Procurador Gilberto Thums sustenta que é necessária a atuação do Ministério Público do Estado no sentido de desmarcar o MST, por tratar-se de organização criminosa com nítida inspiração leninista e que utiliza táticas de guerrilha rural. Ele critica no seu voto a complacência do Poder Público, notadamente dos governos de esquerda, que fornecem cestas básicas, lonas pretas, barracas e cachaça para os acampados e treinamento em escolas para conhecer a cartilha de Lênin.



O procurador qualifica os sem-terra como vagabundos invasores movidos a cachaça. E afirma: *“Cabe ao MP agir agora, quebrar a espinha dorsal do MST. O momento é histórico no País e se constitui no maior desafio já apresentado à instituição pós-88: a defesa da democracia”*.

Então, nessa ata, são propostas a adoção daquelas medidas que se constituem na dissolução do MST, na proibição de marchas e assim por diante.

Cabe destacar que, em 7 de abril, o MP recua dessa posição e manda riscar dessa ata a posição de dissolver o MST. E agora, em 30 de junho, depois que foi denunciada junto à Comissão de Direitos Humanos do Senado, houve um novo recuo. Eles colocam que não, que isso tudo não passou de um equívoco, que não deveria ter constado daquela ata e que o encaminhamento dado é apenas o de que algum Promotor adote as medidas cabíveis. Ocorre que, antes disso, em função dessa deliberação, já foram ingressadas 4 ações do MP lá no Estado.

E hoje, no Rio Grande do Sul, por força dessas ações, existem 4 zonas especiais ao redor de 4 fazendas do Estado. Nessas zonas especiais, a Justiça proibiu, a Justiça está cerceando que se realizem manifestações de integrantes do MST, passeatas e protestos, tudo por deliberação desse documento.

O que nos causa mais constrangimento ainda, para não utilizar outra expressão, também neste contexto, é que o Ministério Público Federal de Carazinho, acolhendo outro relatório secreto formulado pela PM2, de Passo Fundo, elaborado por um coronel que, quando foi para a reserva, em 2007, confessou já ter sido infiltrado durante 3 anos, durante a ditadura militar, no histórico acampamento da Encruzilhada Natalino; esse coronel elabora esse relatório, em que caracteriza que o MST estaria com o objetivo de criar uma zona territorial livre, a exemplo do que as FARC fazem na Colômbia, entre a Fazenda Anoni e a Fazenda Guerra.

O Ministério Público Federal, acatando a tese constante desse dossiê, em 11 de março deste ano, ingressou com ação penal, com base na Lei de Segurança Nacional, contra 8 integrantes do MST. Eles são acusados de integrar grupamento que tem por objetivo a mudança do regime vigente no País; de tentar mudar esse regime com emprego de violência; e devastar, saquear, extorquir, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas e subversivas.



Esse processo foi apresentado, embora a Polícia Federal tenha investigado por 1 ano o movimento, a pedido dessa Procuradora, e tenha concluído que não existe qualquer ato contra a soberania do País praticado pelo movimento, na região.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao companheiro Leandro Scalabrin a sua explanação.

Ouviremos agora o último inscrito, integrante da Mesa. Antes, temos de abrir uma exceção para o companheiro Deputado Pedro Wilson, Vice-Presidente da Comissão, que vai ter de participar de uma audiência, representando esta Comissão, e pediu para falar por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Sr. Presidente, peço permissão para agradecer ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, a V.Exa. e a todos os presentes que ocorrem ao nosso Ministro Paulo Vannuchi e ao Secretário Rogério.

Eu já tinha proposto a V.Exa. que realizemos outra audiência no mês de agosto ou no mês de setembro, para acompanhar esse processo.

Sr. Presidente, se essa ata fosse encontrada na época da ditadura, todo mundo acharia que era resultado de um IPM — “Conselho Superior do Ministério da Verdade Absoluta” e “Ato Institucional nº 1.116”. Quer dizer, o Ministério Público, que deve zelar pelo bem público, pelo qual tanto lutamos neste Congresso — e falei da ação concreta em defesa da população —, volta-se em defesa da propriedade. Na verdade, o que está escondida aqui é a ação da propriedade.

Eu fui entrevistado ali, e alguém perguntou: “*Mas eles não têm métodos de guerrilha?*” Então, é aquele vocabulário de que o Deputado Chico Lopes já diz ter saudade. Pelo menos naquele tempo, havia esse processo.

Então, nesta audiência que nós solicitamos, com o apoio da Comissão de Legislação Participativa, presidida por V.Exa., eu faço a sugestão de estarmos alertas. Acho que a democracia não é uma coisa pronta e acabada. E essa ata do Ministério Público do Rio Grande do Sul representa não só eles, mas também e certamente outros segmentos sociais. Em vez de investigar o DETRAN do Rio Grande do Sul ou Dantas, que está na cadeia hoje, e Naji Nahas, volta-se contra os movimentos sociais.



Em meu nome e em nome do Movimento Nacional de Direitos Humanos, da CONTAG, da CUT, do MST, da OAB, da ABONG, dos quilombolas, enfim, de todas as entidades que estão aqui presentes, reitero a importância desta audiência. E devemos ficar alertas para essa luta contra a criação de um decreto legislativo no Congresso para revogar as áreas de quilombolas. São 4 decretos legislativos; nem se faz projeto lei, com medo de o Presidente Lula vetar. Mas se faz um decreto legislativo para ser aprovado aqui. A própria Comissão de Agricultura está aprovando recomendações no sentido de criminalizar os movimentos sociais.

De tal sorte que é importante esta audiência, bem como o nosso acompanhamento. E a Comissão de Legislação Participativa, que é um canal, uma janela na sociedade, está aberta a esta manifestação.

Mais uma vez quero saudar o Gilson, a Roseana, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, e os representantes das outras entidades aqui presentes. E peço desculpas por ter de me retirar.

Quero também fazer um apelo para que se apóie a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação Social. Estamos indo, na condição de representante da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Legislação Participativa, fazer um apelo ao Ministro Hélio Costa no sentido de que apóie a promoção, no Brasil, pela primeira vez, de uma conferência, assim como vai ser realizada a Conferência de Direitos Humanos, com a participação da sociedade civil, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para que os resultados sejam tomados como elementos para a comunicação democrática, para a democracia brasileira, para a liberdade e para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Obrigado a V.Exa. e a todos. Peço licença. Certamente voltarei, se ainda estiver em curso o debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Deputado Pedro Wilson.

A proposta é de darmos continuidade. Aproveito para solicitar aos demais que vão falar, aos Deputados, aos representantes de entidades — e há vários inscritos —, que nos tragam propostas também. Uso uma expressão do Rio Grande: não podemos fazer como cachorro, que corre atrás do carro; se o carro pára, ele não



sabe o que fazer. Então, nós não podemos fazer esta audiência e depois não saber o que fazer dali para a frente.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Sr. Presidente, eu só gostaria de acrescentar um fato gravíssimo. As coisas não estão acontecendo só no Rio Grande do Sul. O Ministério Público Federal de Goiás entrou com ação para cassar o curso de Direito aprovado pelo Presidente Lula, pelo MEC, da Universidade Federal de Goiás, destinado a filhos de agricultores familiares, de assentados, que está sendo realizado na antiga Capital do Estado, Vila Boa de Goiás, já no seu segundo ano, com rendimento escolar igual ou superior ao dos vestibulandos tradicionais.

Na ação, alega-se que o Estado não pode oferecer curso de Direito para filhos de assentados, de agricultores familiares, de pequenos proprietários, porque isso discrimina a sociedade brasileira. Vejam bem como é a história. Então, também queremos aqui manifestar solidariedade à coordenação do *campus* da Universidade Federal de Goiás na cidade de Goiás, bem como aos professores e estudantes que estão estudando; houve vestibular para eles, houve prova, e o rendimento escolar deles é igual ou superior dos outros estudantes. A mesma coisa acontece no caso da política de quotas, quando achavam que o rendimento ia decrescer.

E até pedimos aqui — é bom falar de público — ao representante da OAB que encaminhe ao seu Conselho Federal a nossa sugestão de que manifeste solidariedade, porque a OAB de Goiás, às vezes... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - É isso mesmo, Deputado.

Na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal, também está ocorrendo esse mesmo caso com os nossos estudantes de Agronomia. Filho de assentado não pode virar agrônomo, no entendimento das autoridades do Rio Grande do Sul.

Quero anunciar a presença do nosso Senador Eduardo Suplicy. Temos a honra de contar com a sua presença aqui. *(palmas)* E S.Exa. também pediu 30 segundos para falar, segundo me comunica a minha assessora.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - É verdade.

Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto, prezado Secretário Rogério Sottili, Ministro Paulo Vannuchi, representantes de todos os movimentos que aqui estão,



ainda ontem, no plenário do Senado, eu tratei justamente deste assunto, manifestando a minha indignação com respeito à tentativa de criminalizar o MST.

E ressaltei que, em relação ao MST, o que podem o Ministério Público e todos nós recomendar, por vezes, é que procure sempre estar de acordo com a lei. A sua liberdade de movimentos e de se expressar tem sido, na minha compreensão, algo que tem colaborado para que não mais ocorra no Brasil situação tal como a que Patativa do Assaré tão bem colocou, quando disse que, no Norte e no Sul, muitas vezes, o trabalhador vive como escravo. E o MST tem sido um dos movimentos que justamente têm trazido a consciência das pessoas e sobretudo dos trabalhadores rurais para poder superar esses obstáculos.

Quero aqui externar aos membros do Ministério Público o pedido de que procurem conviver mais com os trabalhadores rurais e compreender as suas razões. Se recomendações tiverem para que sigam a trajetória de Martin Luther King, de Mahatma Gandhi, que venham a conviver com os trabalhadores rurais e poderão acolhê-los e compreendê-los muito melhor.

Era isso o que gostaria de externar a todos os que aqui se encontram, expressando a minha solidariedade a todos vocês. Muito obrigado. (*Palmas.*)

Desculpem-me, mas teve início a Ordem do Dia no Senado, e preciso ir para lá votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, Senador Eduardo Suplicy por sua presença e por suas palavras, sempre sábias.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu só quero justificar a minha ausência. Eu tenho consulta marcada no Departamento Médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - E é grave.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - ... e é grave. E não posso faltar.

Quero justificar a minha saída. E, tendo em vista que V.Exa. pediu que apresentássemos propostas, eu proponho que um grupo de Parlamentares, junto com lideranças nacionais de movimentos sociais e lideranças do MST, façam uma passeata no Rio Grande do Sul, em apoio aos movimentos, para que se contraponham a essas decisões. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, Deputado Dr. Rosinha.



Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra ao último companheiro da Mesa, Antônio Augusto de Aras, representante da OAB.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares membros da Comissão, Srs. Parlamentares presentes, colegas da Mesa, cidadãos brasileiros presentes a esta importante audiência pública, inicialmente apresento as minhas saudações e, no particular, à Comissão.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil agradece o convite porque entende que não podemos admitir, não podemos permitir, não podemos nos calar no momento em que se quer criminalizar os movimentos sociais. Ora, criminalizar movimento social significa que nós estamos contribuindo para matar ou se não amputar o mais importante elemento subjetivo da democracia, do qual emerge a soberania popular.

Logo de saída, se V.Exa. não nos tivesse convidado, nós estaríamos presentes aqui, porque entendemos que a Ordem dos Advogados do Brasil, uma instituição histórica de defesa da cidadania e da nossa democracia, uma instituição que, ao lado do Ministério Público e dos partidos políticos, tem o dever institucional de velar pelo regime democrático, pela ordem jurídica e pelos direitos humanos.

Neste momento, eu trago a V.Exas. uma posição do Conselho Federal da OAB. E esse posicionamento decorre da defesa intransigente do regime democrático. Como todos sabem, adotamos uma democracia participativa e comemoramos o 20º ano da nossa Carta Cidadã. Por isso, nós não podemos esquecer, jamais, que a legitimidade do poder político que nos orienta está no povo, está na base. Essa legitimidade do poder não mais advém de cima para baixo, como nas aristocracias, nas ditaduras, mas há que ser buscada no consenso popular.

Este Parlamento, esta Casa, é o lugar, é a liça própria para que o debate das idéias e a resistência a toda e qualquer conduta ou mesmo pensamento totalitário que vise coibir essa soberana vontade do povo sejam de logo inibidos.

Mas, como diria o poeta, Sr. Presidente, nós precisamos estar atentos. Por isso, a OAB entende que, sendo os movimentos sociais aquela parcela mais legítima da sociedade civil que deve impor, pelo menos aos diversos órgãos que compõem o Estado brasileiro, a audição, devem ser escutados. Nós entendemos que não podemos abrir mão das garantias constitucionais, especialmente da liberdade na



manifestação de pensamento, especialmente da liberdade de expressão, garantias constitucionais que, historicamente, asseguram a maior democracia do mundo. E esperamos que um dia nós ocupemos esse lugar de relevo.

Vemos esta audiência pública voltada a debater a causa da criminalização dos movimentos sociais como um momento difícil. Um momento difícil por quê? Porque, se o Ministério Público — e está lá no art. 127 da nossa Lei Maior — é o guardião do regime democrático, se aos partidos políticos igualmente compete velar pelo regime democrático, nós os titulares, nós o povo, nós a sociedade civil, não podemos permitir nenhum retrocesso. E temos de estar atentos a esses retrocessos.

Da mesma forma que o Ministério Público do Rio Grande do Sul assume posição de reação — e nós não podemos aceitar isso como se fosse reação comum a todos os demais membros e órgãos que compõem o Ministério Público brasileiro —, nós sabemos que esse mesmo Ministério Público também, eventualmente, é destinatário de repressão, como a Lei da Mordaza; os advogados vêm sofrendo, na sua atividade de defesa das liberdades, a invasão dos escritórios de advocacia. Assim também o MST, como movimento importante dessa sociedade brasileira (*palmas*), passa a ser, neste momento, alvo da ação, provavelmente, de uns poucos que infelizmente estão na cúpula de um órgão ministerial gaúcho e que representam, sim, uma reação a esse movimento social que trouxe maior politização às comunidades operárias e trabalhadoras.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, a Ordem dos Advogados do Brasil diz “não” a qualquer tipo de restrição, de repressão aos movimentos sociais, sob pena de estarmos condenando a nossa crescente democracia ao atraso.

É verdade que nós temos, em alguns momentos, conflitos envolvendo o Estado e os movimentos sociais. É verdade que, em alguns momentos, vemos certas situações que causam preocupação à sociedade porque geram mortes — temos alguns eventos trágicos envolvendo os movimentos sociais. Mas nós não podemos jamais esquecer que uma democracia material, uma democracia de fato, exige permanente tensão entre governantes e governados, entre aqueles que têm o poder e aqueles que não o têm, não só o poder político, mas também o poder econômico. A pior ditadura é a ditadura da economia. E, mais do que nunca, hoje temos de estar atentos para o fato de que os pensadores do futuro já dizem que a



nossa democracia, que as nossas fronteiras, que os Estados nacionais estão no fim. Antes que cheguem ao fim, se é que isso acontecerá um dia, nós precisamos assegurar ao nosso sofrido povo brasileiro aquilo que é um sonho e que há de ser repetido todos os dias: a bandeira de defesa da soberania popular, único sustentáculo da democracia brasileira.

Sr. Presidente, não mais me alongando, imagino que temos 2 valores importantíssimos: de um lado, o regime democrático; ao lado dele, apoiando-o, a ordem jurídica. Temos conflitos? Temos. Inerentes ao sistema. É salutar que seja assim. Nós só não podemos suprimir essa tensão permanente, se não nós não teremos justamente o oxigênio que nos alimenta, que favorece a vida em sociedade. Além da liberdade, além da igualdade, os direitos humanos fazem parte daquilo que se quer como democracia moderna.

Era essa a nossa manifestação. Agradecemos o convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Agradecemos ao Dr. Antônio Augusto de Aras as suas palavras e a sua presença.

Agora, encerrando a participação dos integrantes da Mesa, vamos abrir espaço para o debate. Nós temos aqui uma lista com várias pessoas inscritas, além dos Deputados. O nosso Regimento diz que os primeiros a falar são os Deputados, mas eu tenho um pouco de preocupação de que o povo que está aqui comece a sair. Então, eu faço uma proposta aos Deputados. Se concordarem, podemos intercalar as falas: de um Deputado e de um membro da sociedade. Aceitam? *(Pausa.)* Aprovada, por unanimidade. *(Risos.)*

Então, eu passo a palavra ao primeiro inscrito, o companheiro Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu não votei a favor porque sabia que era o primeiro. *(risos)* O critério é justo.

Eu sempre brinco, dizendo que Parlamentar deveria, além de fazer o curso de oratória — e dizem que nós fazemos —, fazer sobretudo o curso de “escutatória”.

E eu quero dizer que esta Mesa aqui hoje é de uma riqueza rara no Parlamento. Quando se consegue reunir os herdeiros da luta quilombola, dos escravos deste País; os herdeiros e os defensores da luta indígena, dos nativos deste País; os herdeiros e os continuadores da luta pela terra; os operadores do



Direito; os representantes da Igreja da libertação — não é aquela que, em troca da terra, dá 10 mandamentos (*palmas*), a igreja de negócios, a igreja do engodo. Felizmente, essa não está aqui na Mesa, e é muita próspera no Brasil.

Hoje nós vimos a criminalização que precisa ser feita neste País. Eu estou muito feliz porque banqueiros, especuladores, donos do poder econômico, foram presos. Lamento ver o Presidente do Supremo Tribunal Federal se apressando em dizer que foi uma operação espetacular, com muita visibilidade. Quando pobres, negros e índios deste Brasil profundo sofrem também alguma detenção, vozes supremas não se manifestam nesse sentido sobre qualquer abuso que possa ter ocorrido por parte da Polícia. De qualquer maneira, entre avanços e recuos, vamos avançando.

Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto, quero fazer uma proposta muito concreta, que se soma à que o Deputado Dr. Rosinha fez aqui. Vamos também — quem sabe culminando com essa caminhada lá em Porto Alegre, esse conjunto de movimentos que, aliás, estão hoje acontecendo no Brasil — fazer uma espécie de contra-ata, ou seja, a ata da liberdade e da democracia, em contraposição à ata exarada pelo Conselho Superior do Ministério Público, por seus 11 membros, um pouco desentrosados e desafinados. Não vou dizer que é o time de Dunga porque temos gaúchos lutadores aqui. E o nosso Sílvio Santos — e seria bom que o outro também, dono da rede de televisão, estivesse fazendo a cobertura desta audiência — é um gaúcho lutador.

Eu quero destacar o seguinte, na minha condição de cidadão e até de professor: os senhores da OAB podem nos ajudar muito nisso, operadores do Direito e da Justiça, que é a plenitude do direito — a justiça e a igualdade.

Ponto 1: a ata diz que é preciso promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade. Isso é um autoritarismo jurídico e constitucional. Agora, podemos dizer também a eles que estendam essa ação a todos aqueles que praticam cartéis, monopólios e abuso do poder econômico.

Eles — e aí me toca diretamente — propõem a intervenção do Ministério Público em 3 escolas do MST, para proteger as crianças em relação às bases pedagógicas ali veiculadas!



Para quem gosta de obscurantismo, isto aqui já é o começo do túnel opaco. Vamos propor também que haja controle rigoroso dos meios de comunicação, porque às vezes eles veiculam sexualização precoce, valores individualistas e competitivos.

Está bem! A gente topa. Vamos fechar, senhores do MP do Rio Grande do Sul, as redes de televisão e rádio que têm grande influência sobre a nossa infância e a nossa juventude! Vamos estabelecer a censura! Será que eles topam? Ou eles têm um olhar muito parcial?

Eles sugerem também — e aí é o autoritarismo econômico-social — que os assentamentos promovidos pelo INCRA ou pelo Estado do Rio Grande do Sul sejam examinados, para ver se ali a propriedade está cumprindo a sua função social.

Topamos! Vamos ver todos os latifúndios, as grandes propriedades, aquelas que devastam o meio ambiente, se também estão cumprindo a sua função social. Vamos completar a ata dos senhores doutores lá do Rio Grande do Sul.

Pasmem! Por fim, eles, os operadores da Justiça, propõem também — estamos no início da campanha eleitoral, absolutamente democrática; campanhas austeras, transparentes, como aquelas que trouxeram a maioria aqui para a Câmara; não há empreiteiras, bancos, financiando ninguém; e o Promotor do Ministério Público é o fiscal da lei, e a lei está aqui: a Constituição Cidadã, de 20 anos, cujo preâmbulo estabelece a garantia do direito à vida, à liberdade, à dignidade, à Justiça, a fruição dos bens por todos os brasileiros, sem exceção; nós anexamos à nossa contra-ata uma Constituição, para eles lerem — investigação eleitoral nas localidades próximas dos acampamentos controlados pelo MST, examinando-se a existência de condutas tendentes ao desequilíbrio da situação eleitoral local; e, constatada a irregularidade, cancelamento do alistamento eleitoral de todos ali.

É inacreditável, mas nós topamos também. Vamos fazer isso em relação àqueles que abusam do poder econômico, que usam a máquina pública nas eleições, que contratam cabos eleitorais pagos, que despendem milhões para ganhar um mandato de representação.

Ou seja, isso é um acinte, é uma ofensa, é obscurantismo, é atraso!



Eu, que sou formado em História, às vezes gosto de imaginar situações. E dou graças a Deus. Sou historiador com formação dialética marxista, mas sou cristão também, com certeza anatemizado por esses aí. Dou graças a Deus por ter escapado de viver na Idade Média. Como eu sou professor, provavelmente não seria senhor feudal nem nobre. Na Idade chamada Antiga, eu estaria construindo as pirâmides do Egito. Fico muito feliz de viver na época chamada contemporânea, a nossa época. Agora, hoje eu obtive um sinal concreto do que é o medievalismo, do que é o pensamento retrógrado.

Encerro, Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto.

Há uma onda conservadora muito grave no Brasil. Agora, eu aposto e tenho certeza de que, apesar desses arreganhos e desses avanços, em todos os aspectos, nós somos maioria. É preciso mobilizar a cidadania. E que, na comemoração de 20 anos desta peça, fruto de luta de muita gente, amigos presos, sumidos assim para nunca mais, façamos valer tão-somente a Constituição brasileira.

É isso o que eu proponho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Deputado Chico Alencar.

Antes de passar palavra à companheira Marina, do MST, quero pedir ao companheiro Chico Alencar que presida os trabalhos, enquanto vou marcar presença no plenário. Vou lá e já volto.

Com a palavra a Sra. Marina.

A SRA. MARINA DOS SANTOS - Boa tarde, companheiros e companheiras.

Vou considerar os Parlamentares e as personalidades que aqui estão como companheiros e companheiras.

De imediato, quero agradecer por esta possibilidade, por este momento, por este encontro, muito específico, muito necessário. Foi muito gostoso este encontro nosso aqui. Eu acho que também é um sinal para nós, como dizia o poeta, de que a dor pode ser muito grande, mas a solidariedade é internacional. E o que estamos vivendo aqui hoje é um exemplo de solidariedade, de companheirismo entre os movimentos sociais e os trabalhadores deste País.



Em segundo lugar, quero também dizer que, na linha do debate de hoje sobre a criminalização dos movimentos sociais, está rodando aí uma nota de apoio aos defensores dos direitos humanos, relacionada à condenação do Dr. José Batista, membro também da Coordenação Nacional da CPT, e do companheiro Raimundo Nonato dos Santos, ambos condenados no Estado do Pará. Essa nota está passando. Por favor, quem quiser assiná-la pela entidade ou como pessoa física. Quando tiver parado de circular, por favor, devolvam para nós.

Quero também convidar todos vocês — certamente já receberam o convite, mas relembro e reforço — para participarem hoje, às 19h, do Encontro dos Amigos e Amigas do MST, enfim, dos movimentos sociais, no Setor Comercial Sul, no Edifício Arnaldo Villares, no auditório do STIU, em frente ao *Shopping Pátio Brasil*.

É nossa tradição fazer, todos os anos, esse chamado Encontro dos Amigos e Amigas do MST, na linha da confraternização, em especial no final do ano, da avaliação das lutas, enfim, socializar um pouco os planos para o ano seguinte. Mas nós entendemos que, se fazemos esse encontro de amigos, que é para confraternização, também devemos fazer num momento como este que a história está apresentando.

Também quero sugerir, Paulo Maldos, que pronunciasse o nome do fazendeiro que invadiu as terras da reserva Raposa Serra do Sol; que você falasse o nome do estrangeiro, para que as pessoas tenham noção da gravidade do assunto.

E também, provocada pelo Deputado Dr. Rosinha, a idéia de fazer um ato nacional, no Rio Grande do Sul. Deixo inclusive o convite para que todos participem, no dia 28 de julho, em Porto Alegre, na UFRGS, um ato nacional de solidariedade aos movimentos sociais, contra todo esse processo de criminalização no País. Mas, como tem essa questão concreta lá no Sul, então tem esse planejamento de se fazer esse encontro lá no Rio Grande do Sul.

E, no dia 29, no Município de Carazinho, 8 militantes do MST que foram denunciados vão prestar depoimento no Fórum. E a idéia é a de que, quem puder, vá, no dia 28, a Porto Alegre, à UFRGS; e, no dia 29, a Carazinho. Quem não puder ir aos 2, vá a um ou outro, porque os 2 serão muito importantes.

Por último, quero deixar também a sugestão de que pudéssemos editar uma cartilha, alguma coisa assim, com as falas deste seminário; fazer a reprodução



escrita deste seminário, desta plenária que aconteceu hoje, para que possamos socializar isso com as nossas bases, com os demais que não puderam vir aqui. Como acabou de dizer o Chico, teve uma qualidade boa. E esse debate é muito importante que seja socializado com os outros setores, com as outras pessoas que não tiveram o privilégio de estar aqui hoje.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Marina.

Paulo vai “entregar” um alienígena que atenta contra a soberania nacional.

O SR. PAULO MALDOS - O fazendeiro, que não tem um documento de terra — é apenas invasor — e entrou com ação no STF contra a homologação feita pelo Presidente Lula, chama-se Lawrence Manly Hartz.

(*Manifestação no plenário.*)

O SR. PAULO MALDOS - Ele coloca como pessoas que ofendem e ameaçam a soberania nacional todos os índios com sobrenomes Sousa, Silva, Monteiro, Santos. São todos ameaçadores da soberania nacional.

E Stanley Manly Hartz, cuja família está no Canadá, está na Guiana, eles vão defender a nossa soberania, com os seus pequenos exércitos de bombas, minas e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Já que é época de retrocesso, então vamos voltar a 1922, Semana de Arte Moderna, Oswald de Andrade: “*Tupi or not tupi*”; essa é a questão. E avisar a esse Sr. Lawrence sobre isso.

Registro com alegria a presença da Senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia. Seja bem-vinda! E também a presença de representante da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Agora o Deputado Anselmo de Jesus.

Jesus, para os que crêem, é onipresente, mas Anselmo, não. Saiu para votar? Para registrar presença.

Aliás, quero explicar a todos aqui que nós, Deputados, quando começa a piscar uma luzinha amarela aqui, entendemos que a Ordem do Dia começou. E, daqui a pouco, seremos chamados para votar. Então, é aquela correria. Não é para ir ao banheiro, não; é para votar. Vocês entendem? E, às vezes, o Presidente diz



que as sessões não valem mais nada, como esta audiência pública. Para nós, vão valer sempre. Vamos seguindo.

Agora é o Eudes. (*Pausa.*) Também foi. Dois Parlamentares ausentes por motivo de força maior.

Chico Lopes, do PCdoB.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Boa tarde a todas as mulheres presentes, a todos os homens.

Eu vou ser rápido. A minha opinião sobre a Amazônia é a de que ela tem de ter o viés do desenvolvimento com soberania nacional. Não adianta ficar discutindo quem corta mais ou menos madeira, quem faz isso ou não faz aquilo. Todos sabem que se compra terreno na Amazônia, do exterior, com a maior tranquilidade. E temos de jogar pesado contra os cartórios que legalizam essa história, que não sabemos como.

Se o Governo tiver a vontade política de ver a Amazônia como soberania nacional, a história mudará de figura. E não podemos aceitar que só os índios, que as pessoas que moram, sejam sacrificados. E o companheiro disse o nome de um estrangeiro; e não é só ele — tem diversos nessa situação.

Eu gostaria que o nosso Governo, que já avançou muito, começasse a pensar na Amazônia com a cabeça na soberania nacional e no desenvolvimento.

Quanto ao nosso apoio a todos os movimentos sociais, ele se faz numa prática de mais de 40 anos de militância. E acho que o Ministério Público tem papel importante no nosso País. Infelizmente, no Rio Grande do Sul, resolveu se transformar num partido político para dar cobertura às elites deste País, que pensam dessa maneira. Isso não é uma coisa isolada, de um membro do Ministério Público. Eles são de classe também; tem muitas pessoas que fazem concurso e vão apresentar o que pensam a respeito do movimento.

E, sem querer menosprezar qualquer movimento, Deputado Chico Alencar, o movimento que mais mete medo nessas elites é o MST mesmo, porque vai para o confronto, invade, não tem medo; nego morre, nego vai preso, mas ele não abre na parada! Esse faz medo! Diferente dos outros movimentos, que têm importância, esse mexe na estrutura da terra. Qualquer país do mundo que se preze já fez a



reforma agrária, e nós não conseguimos fazer uma reforma agrária que resolva o problema do campo e das cidades.

Portanto, a nossa solidariedade. Para muitos que acham que o marxismo morreu, está superado, é bom fazer uma revisão para ver porque acontece isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Deputado Chico Lopes.

Agora, Ademir Torres, do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Espírito Santo.

O SR. ADEMIR TORRES - Vou passar a minha vez para Gilmar, que fará um pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Como disse?

O SR. ADEMIR TORRES - Ambos somos do Espírito Santo. Ele vai apresentar para a sociedade, para quem está aqui, para os Parlamentares, a situação do Espírito Santo, em relação à criminalização dos direitos humanos. Depois, eu vou dar um testemunho, vivo e prático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Ou seja, vocês vão dividir os 3 minutos. Está bem. Pode ser. Vamos lá.

O SR. GILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, ficou acordado entre nós, antes de virmos para cá, este método. Nós faríamos exatamente isto: um apresentaria a situação dos defensores no Estado, e o outro, como é um dos integrantes, daria o seu testemunho vivo.

Não sei se quebramos a regra da Casa, mas foi isso.

Meu nome é Gilmar Ferreira de Oliveira. Eu coordeno a entidade que, no Estado do Espírito Santo, gerencia o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. No ano passado, nós fizemos um relatório a partir de uma pesquisa que nos foi contratada. Nós fizemos 67 relatórios, ouvimos 67 pessoas e detectamos algumas coisas.

A primeira delas ficou muito clara aqui e para o restante do País, especialmente no Rio Grande do Sul: a conformação de um Estado mais do que autoritário, com grampos ilegais, com toda a estrutura montada para o atendimento aos interesses de uma multinacional chamada Aracruz Celulose.



E 3 eixos nessa pesquisa nos chamaram muito a atenção.

Primeiro, as maiores vítimas, e os que mais estavam vulneráveis, sob risco, dividem-se em 3 grupos: trabalhadores rurais sem terra, índios e quilombolas. Nesse levantamento, nós constatamos que esses grupos, que essas 67 pessoas estavam sob risco iminente.

Outra constatação pós-pesquisa foi a de que os militantes de direitos humanos denunciam as violações, denunciam os órgãos públicos, mas há um fenômeno de mudança de paradigma. Ou seja, eles fazem a denúncia e sobre eles recaem toda a criminalização, todos os processos oriundos da sua própria denúncia, numa demonstração de que este é um Estado violador. O Judiciário faz com que todos os efeitos da denúncia se voltem contra o denunciante. Esse é um dado concreto que nós percebemos no nosso programa.

Outra constatação: há cumplicidade e uma ação para desmoralizar o denunciante, numa parceria com a mídia local. Ou seja, a mídia local não só omite os fatos denunciados, como também e principalmente é parceira no sentido de desmoralizar os que atuam na defesa dos direitos humanos.

Nós instalamos o programa em 13 de março deste ano. O programa previa atendimento a 25 pessoas; hoje já são 33. Significa dizer que é preciso aumentar a equipe técnica e os recursos; é preciso ver se há condições de ampliar a abrangência do programa para outros Estados.

As nossas equipes fazem acompanhamento jurídico, psicossocial.

Há alguns elementos muito comuns no Estado do Espírito Santo. Além da escuta ilegal, além da arbitrariedade cometida pelo Estado, lá hoje nós temos as caravanas dos latifundiários — representantes dos interesses da Aracruz Celulose e dos fazendeiros —, que se dirigem para a Grande Vitória para protestar contra índios, quilombolas e MST.

Outro elemento muito presente na Grande Vitória é o retorno de um fenômeno que nos assusta muito. Na década de 90, nós fomos surpreendidos por uma onda de assassinatos de crianças pobres. Naquele período se confirmou a existência de uma organização composta pelo aparelho de segurança do Estado, que tinha como único objetivo exterminar pessoas pobres. Neste ano, a nossa impressão é de que essa prática retornou. Ou seja, a Scuderie Le Cocq, que atuou nos anos 90, dá



sinais claros de que está viva, de que está de volta, assassinando catadores de papel, pessoas da favela, gente pobre. É um elemento muito grave retornando quase 20 anos depois.

Estou concluindo.

É preciso dizer também que a violação dos direitos humanos tem alguns aspectos muito presentes. Um deles é o de que o Estado é o maior violador. Nós estamos vendo, no Rio de Janeiro, a ação do Exército; nós vimos os índios sendo vítimas da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo; nós estamos ouvindo aqui o relato sobre o Rio Grande do Sul. Isso demonstra que o Estado brasileiro é um grande violador de direitos.

Nesse sentido, parece-me que os relatos feitos aqui apontam para a necessidade de continuarmos repercutindo esse debate para ver se é possível, numa ação coletiva, como foi proposto aqui, enfrentar de forma organizada essa nova conjuntura nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Gilmar.

Ademir, a Senadora Fátima Cleide tem um compromisso no plenário do Senado e pediu para fazer uma breve saudação aos presentes.

A SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE - Muito rapidamente, quero agradecer a Ademir e dizer que não poderia deixar de passar por aqui, meu companheiro Chico, para manifestar a nossa solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o que faço aqui na pessoa do Sílvio.

Cumprimento todos os movimentos aqui representados, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que corajosamente manifesta neste evento a sua solidariedade a esse movimento que, inegavelmente, contribuiu bastante para o fortalecimento da democracia neste País.

Pelo pouco tempo em que aqui estive, posso dizer que de fato as histórias se repetem, só muda o lugar. A discriminação, o preconceito, a violência, o abuso do poder se dão em todo o País. Recentemente, no Estado de Rondônia, nós vivenciamos a mesma coisa. Em que pese a minha divergência com os métodos de encaminhamento da luta da Liga Operária e Camponesa, do povo pobre de Rondônia, o que aconteceu recentemente no Estado foi uma tentativa de criminalizar aquele movimento de luta pela terra, comparando-o inclusive com guerrilha,



acusando-o de praticar atos terroristas no Estado. Tudo depois foi desvendado, e ficou provado que as denúncias não tinham nada a ver. Mas não saiu na grande mídia nada do que foi efetivamente investigado a respeito.

Enfim, quero dizer que sou parceira nessa luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sou hoje Senadora graças também à aliança com o povo que luta pela reforma agrária neste País. E nós estamos dispostos, aqui no Congresso Nacional, no nosso partido — eu faço parte da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores —, nos nossos Estados, na Amazônia, a fazer repercutir e crescer a solidariedade ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.

Parabéns à Comissão de Legislação Participativa e à Câmara dos Deputados por esta iniciativa! Que ela se repita até o dia em que não haja, da parte de ninguém, principalmente de um órgão como o Ministério Público, atitudes como essa de tentar criminalizar uma entidade tão importante para a classe trabalhadora deste País como o MST. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Senadora Fátima Cleide. O Senado está aqui presente por intermédio das Senadoras Marina Silva e Fátima Cleide e do Senador Eduardo Suplicy.

Quero lembrar que nós também queremos a extinção do MST; queremos que não haja mais nenhum sem-terra no País. Outro ponto de confluência com os 11 doutores do Rio Grande do Sul. Aliás, há grupo dos 11 e grupo dos 11, na História.

Registro a presença de representantes da ENECOS, da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho — ANPT e do Ministério da Justiça, muito bem-vindo aqui também o Executivo.

Com a palavra Ademir, para utilizar aquele minuto e meio do tempo que dividiu com Gilmar. Vocês já perceberam que o relógio sobre a mesa é grande, não é mesmo?

O SR. ADEMIR TORRES - Está certo.

Quero cumprimentar todas e todos os militantes sociais presentes, os Parlamentares, muitos dos quais vieram da luta, e quero chamar a atenção de todas as cidadãs e de todos os cidadãos nesta audiência pública para o seguinte: nós temos de voltar às nossas origens. E aqueles que nos representam têm de começar



a fazer uma marcha inversa conosco. Começo por aí, chamando a atenção para isso. Por quê? Estão usando uma lei de 1983 para criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outros defensores de direitos humanos. Por que o Ministério Público não usou da mesma artimanha em 1992, 1993, 1994, 1995? Porque nós seríamos milhares de pessoas às suas portas. O que eles estão percebendo? Que nós precisamos retornar à nossa base.

Quando eu disse que ia fazer uma dobradinha com Gilmar é porque eu sou de uma cidadezinha chamada Atílio Vivacqua — e um dia quero que ela volte a ser chamada pelo nome original, ou seja, Marapé —, de 9.800 habitantes. Lá nós começamos, em 2000, uma luta contra os conservadores, os coronéis, daquela cidade. Criamos um informativo, ao qual demos o nome de ACAMP. Está aqui um senhor de 72 anos de idade que levou uma... — não vou falar aquele palavrão —, de um Vereador da cidade. A partir daí, o Poder Legislativo local, em sintonia... Não estou generalizando, falando que todos os operadores do Direito, da Justiça e do Ministério Público são iguais. Eles são iguais a nós, os bons: são poucos. A maioria se alia ao Poder local para criminalizar a cidadã e o cidadão que faz denúncia de desmando, de desvio de dinheiro público. Eu sou um caso: tenho 22 processos por danos morais. Atingi a honra dos sem-vergonha daquela cidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Vinte e três.

O SR. ADEMIR TORRES - Vinte e três?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Provavelmente.

O SR. ADEMIR TORRES - Está certo.

Atingi a honra daqueles cidadãos que, naquela época, comandavam e ainda comandam aquele pequeno município. Em vez de fazer o seu trabalho de investigação daquilo que denunciávamos na época, o Ministério Público criminalizou 10 membros da entidade, inclusive eu. Todos nós estamos respondendo a processo.

Quando eu falava de operador do Direito que tem vergonha na cara e conhece os verdadeiros militantes do País, apareceram na cidade 1 Juíza e 1 Promotora. Fizeram um trabalho de reciclagem em todos os processos, e hoje me sobram 6.



Nós temos de retomar as nossas origens, juntamente com os nossos Deputados que têm compromisso e vergonha na cara, para nos contrapormos a essa onda escandalosa contra nós, militantes deste País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Ademir.

Na seqüência, o Deputado Anselmo. *(Pausa.)* Ausente de novo. S.Exa. está dando azar.

Deputado Eudes. *(Pausa.)* Também deve ter ido ao plenário.

Deputado Paulo Rubem Santiago, de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, do Partido Democrático Trabalhista.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Companheiro Chico Alencar, companheiras e companheiros, integrantes da Mesa, representantes de entidades, eu estava aqui fazendo um levantamento da diferença de tratamento que se dá a setores da sociedade — grupos, movimentos, pessoas físicas, pessoas jurídicas —, quando buscam os seus objetivos na República Federativa do Brasil. Alguns expostos a constantes conflitos com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar; outros, quase sempre sorrateiramente, tomando conta do Estado sem qualquer tipo de conflito, desses que marcam a nossa história nas ruas, nas ocupações, nas cidades, no campo, nas áreas quilombolas, nos movimentos sociais. Muitos de nós aqui vivemos e viemos desses movimentos.

A nossa Constituição está sendo exposta agora porque, no mês de outubro, comemoram-se os 20 anos de sua promulgação. E nós temos dito que lá, no calor da Constituinte, alguém, talvez na madrugada da véspera do dia em que se encerrou o texto constitucional, conseguiu enfiar na Constituição uma coisa muito pequena que tem marcado o grande instrumento de promoção da injustiça e da desigualdade neste País, pelo menos há 20 anos. Comenta-se que, poucas horas antes do encerramento da redação final da Constituição e de sua apresentação a voto, alguém inseriu no art. 166, §3º, inciso II, alínea “b”, uma emenda que não foi discutida em nenhuma das Comissões da Constituinte, dizendo que o Congresso Nacional não pode alterar, numa proposta de lei orçamentária, os recursos que vêm



para esta Casa, no Orçamento, destinados ao pagamento dos serviços da dívida pública.

Vamos analisar o seguinte: o que vem retardando o avanço da reforma agrária no País; o que vem retardando o reconhecimento e a construção de políticas públicas nas áreas quilombolas; o que vem retardando a implantação de políticas para a infância e para a juventude; o que vem retardando a consolidação do Sistema Único de Saúde, senão razões de natureza orçamentária, financeira e fiscal mantidas há décadas no Orçamento do País?

Para complicar ainda mais — além do fato de que a Constituição completa 20 anos de promulgação —, nós fomos surpreendidos agora, na votação do parecer do projeto de lei das diretrizes orçamentárias para 2009, com uma pequena inserção — que me parece está no art. 4º, §3º, do parecer da Senadora Serys Slhessarenko — que diz o seguinte: que todos os programas e todas as ações das metas para as diretrizes do Orçamento de 2009 têm de estar vinculados aos objetivos e às metas da política econômica e fiscal do Governo.

Isso significa que a vida, que depende de água tratada, esgotamento sanitário e saúde materno-infantil, está submetida às metas da economia e às metas fiscais.

A capacidade do INCRA de avançar no reconhecimento e no processo de reforma agrária, de titulação das áreas quilombolas, está submetida à ordem econômica e às metas fiscais.

E vamos acumulando uma série de outras demandas que estão representadas nesta Mesa por vários movimentos sociais, que estão representadas na história do Brasil por inúmeros movimentos sociais, mas que continuam sendo criminalizadas.

Outro aspecto que é importante denunciar é o de que tramita nesta Casa a Medida Provisória nº 435, que passa a alterar a relação hoje estabelecida entre o Tesouro Nacional e os prejuízos apresentados pelo Banco Central na política macroeconômica e na política cambial. Hoje, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando o Banco Central, com toda a sapiência e a luminosidade dos seus gestores, apresenta prejuízo no seu balanço, quem cobre o prejuízo é o Tesouro Nacional — que não cobre nada porque não tem lençol nem guarda-chuva nem



cobertor, mas emite título público para cobrir o prejuízo causado pelas operações do Banco Central.

Pois com essa medida provisória se propõe que isso seja alterado, ou seja, que a partir da sua aprovação não sejam apenas os prejuízos cobertos por emissão de títulos do Tesouro Nacional, que passa a ser o sangradouro de uma usina ou de uma barragem, uma torneira aberta para aumentar a dívida pública e encobrir o Banco Central das condições necessárias para essa política cambial ou monetária, baseada agora na elevação das taxas de juros.

Para essas pessoas que aumentam a dívida pública e impõem cortes sociais; para essas pessoas que, em nome da neutralidade econômica ou da universalidade da macroeconomia, impõem prejuízos ao País, não há criminalização. Se houver, eles vão levar 10, 12, 15 anos pagando aos melhores escritórios de advocacia para defendê-los no STJ, no Supremo Tribunal Federal etc.

Neste País, a democracia foi conquistada a duras penas, renovada a duras penas, mas que ainda é tutelada pelo capital. Cinquenta e cinco por cento do financiamento de campanhas para as eleições de 2006, conforme publicado pelo *site* do Tribunal Superior Eleitoral, foram bancados por 220 grandes corporações empresariais.

É por isso que as nossas leis não avançam. É por isso que, quando os movimentos sociais decidem não esperar pela aprovação da lei nem pela aplicação da lei, move-se o Estado ou parte dele para criminalizá-los, porque a democracia que interessa ao *status quo* é aquela democracia restrita a um papel de alguns centímetros quadrados, no bolso do cidadão, chamado Título de Eleitor. E basta. Querer ser eleitor, ao mesmo tempo militante social da luta pela reforma agrária, da luta pelos direitos humanos, pelos direitos dos povos indígenas, para avançar a distribuição de renda, a igualdade e a justiça social, é petulância, na cabeça das elites, e muitas delas com assento no Ministério Público, no Poder Judiciário — as daqui de dentro nós já conhecemos e convivemos com elas há muito tempo.

Então, quero aqui, como todos os que já se manifestaram, manifestar a nossa solidariedade, o nosso apoio, porque, desgraçadamente, quase 50 anos depois da implantação do Estado Novo, volta-se a tratar movimento social como assunto de polícia e de aplicação do Código Penal. Não é matéria de polícia, não é matéria de



Código Penal; é matéria de luta pela cidadania. Então, nós temos de repudiar, da mesma forma com que nós elogiamos membros do Ministério Público; da mesma forma com que agora, ao final dos trabalhos da CPI do Sistema Carcerário, da qual eu fui titular, denunciemos maus Juízes da Execução Penal e apoiamos e aplaudimos excelentes Juízes da Execução Penal que enfrentaram Governadores, que enfrentaram o Ministério da Justiça, que enfrentaram a omissão do Estado em relação à imensa população carcerária brasileira, majoritariamente composta de pessoas pobres e sem instrução, populações negras que não obtiveram os direitos fundamentais e depois adentraram no mundo da criminalidade.

Então, que façamos desta audiência, como disse o companheiro Adão Preto, uma motivação a mais; que enfrentemos essas situações; que denunciemos essas situações, para que possamos fazer com que a democracia real e verdadeira do Brasil não seja meramente eleitoral.

Podem multiplicar eleições por eleições — 2, 3, 4; podem encher uma carreta de eleições, uma atrás da outra, porque só o calendário eleitoral não muda a desigualdade social, a injustiça e a disparidade de um país que, embora tenha tantas riquezas e até uma Constituição com viés tão progressista em alguns aspectos, teima em não fazer cumprir o seu destino histórico de ser uma nação justa, soberana, com dignidade.

Então, vamos em frente, vamos à luta, para enfrentar a criminalização com muito movimento social, com muita gente na rua, contra quem quer que seja.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Ao tempo em que informo que a Deputada Luiza Erundina, titular desta Comissão de Legislação Participativa, ex-Presidenta, não está presente porque se recupera de uma cirurgia, convalesce, eu chamo o nosso titular e Presidente, Deputado Adão Preto, a reassumir a direção dos trabalhos.

E convido o Sr. Marco Leão, do Pará, a usar a palavra. Depois, o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. MARCO APOLO SANTANA LEÃO - Deputado Adão Preto, que preside esta Mesa, companheiro Gilson, em nome de quem eu saúdo todas as organizações da sociedade civil que estão aqui representadas, meu nome é Marco



Apolo. Eu faço parte da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, filiada também ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Sou advogado e militante de direitos humanos no Estado do Pará.

E quero sugerir que todos aqui façam a seguinte reflexão: a criminalização de movimentos sociais, de lideranças de direitos humanos, é uma situação que temos de enfrentar, é verdade, até porque sofremos na pele, no Estado, essa situação bastante grave. Nos últimos 3 anos, 201 trabalhadores foram presos no Estado do Pará, somente na região sudeste. Dezesseis pessoas, na mesma região sudeste, foram assassinadas. Em contrapartida, nenhum fazendeiro foi preso; e dificilmente um pistoleiro ou uma milícia armada são investigados.

Esse é o quadro somente de uma região, que historicamente é a mais conflituosa do Estado do Pará. Mas, quando digo que nós temos de enfrentar a criminalização e também outras situações, eu me refiro aos assassinatos, às ameaças e ao processo crescente de difamação de entidades e de pessoas. A criminalização é apenas uma forma de atacar os defensores de direitos humanos. No Estado do Pará, mais de 100 pessoas estão ameaçadas. E tenho certeza de que a situação em cada Estado aqui representado não é diferente.

Corrijo o que foi dito: não são 3 religiosos ameaçados no Estado do Pará, mas, sim, 7 religiosos. São 3 bispos, 3 padres — entre os quais Frei Henry, que está sob proteção — e a Irmã Fátima. Fora essas 7 pessoas, há dezenas de sindicalistas, professores, estudantes, funcionários públicos, juízes, promotores.

E todas as situações que têm gerado ameaças, difamações e crimes não têm sido enfrentadas. Isso é o que precisamos discutir também. Ou seja, as situações que causam essa realidade não têm sido enfrentadas pelo Estado brasileiro.

A Relatora da ONU sobre Execuções Sumárias veio ao Brasil há 4 anos, salvo engano, e fez uma série de recomendações ao Estado brasileiro, mostrando o que poderia ser feito para melhorar essa situação, para coibir as violações contra defensores de direitos humanos. E, se não me engano, somente 1 dessas recomendações eu entendo foi encaminhada de certa forma: foi a criação de uma política pública, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.



Com exceção desse programa, as outras situações listadas pela Relatora da ONU — impunidade, grilagem de terra, avanço do agronegócio no Pará — não foram enfrentadas.

Sr. Presidente, é importante também que seja demonstrado ao Presidente Lula que o avanço do agronegócio no Estado do Pará tem sido causa de violência e assassinato de várias pessoas. É preciso deixar isso claro, porque o discurso do Presidente Lula enfoca só uma parte, a questão ambiental, que supostamente vai resolver. Mas S.Exa. esquece que o avanço da produção de cana-de-açúcar e soja tem causado desmatamento e muitas mortes e ameaças naquele Estado. E eu acho que essa situação também é generalizada.

Quanto aos grandes projetos, D. Erwin e cerca de 6 pessoas estão sendo ameaçadas, na região de Altamira, por causa da Usina de Belo Monte. E Belo Monte está incluída no programa, o chamado PAC, que não está considerando os impactos na vida dessas pessoas.

Fora isso, eu diria que no Estado do Pará muitos defensores de direitos humanos que fazem, diariamente, denúncias de desmatamento, de trabalho escravo, do avanço da pecuária, também são ameaçados por conta dos crimes ambientais.

Então, precisamos de políticas para enfrentar todas essas situações. Como não temos, a perspectiva, a curto prazo, infelizmente é a de que essa situação continue se agravando. Nós precisamos pensar em saídas que não passem somente pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, mas por todo o Governo, que tem sido omissa a muitos casos. Cito um exemplo: em 2007, no Pará, o Estado mais conflituoso do Brasil na questão agrária, foram assentadas 5 mil famílias, para uma população de 3 milhões de pessoas, na área rural, o que é um absurdo.

Quero me solidarizar ao MST do Rio Grande do Sul, especialmente, e do País — nós acompanhamos o trabalho dos companheiros do MST do Pará e os defendemos. Na verdade, a ata — e o Deputado Chico Alencar não está mais aqui —, pelo que li, é criminosa. É isso o que tem de ser dito. A ata relata um crime praticado pelo Conselho Nacional do Ministério Público porque atenta contra a liberdade de locomoção, contra a liberdade de associação. Está cometendo o crime de abuso de autoridade — arts. 3º e 4º. Nesse sentido, eu penso que seria cabível



uma representação contra o Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Para concluir, Sr. Presidente, eu acho que o Estado brasileiro — e está aqui o representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos —, a própria Câmara dos Deputados e todos nós dos movimentos sociais deveríamos convidar novamente a Relatora da ONU para vir ao Brasil ver o que aconteceu depois de 4 anos da sua visita. Na minha opinião, pouquíssimo foi feito para resolver a caótica situação em que estão vivendo os defensores de direitos humanos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro.

Eu quero pedir aos demais que se atenham ao tempo, porque o plenário está esvaziando. À medida que o pessoal fala, muitos vão saindo. E nós queríamos encerrar esta reunião e não que ela terminasse. (*risos*) Do jeito que está indo, ela vai acabar terminando.

Passo a palavra ao nosso companheiro Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto, quero cumprimentar os integrantes da Mesa, na pessoa do Sr. Rogério Sottili, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e do Sr. Paulo Maldos, do CIMI, conhecidos de longa data, quase 30 anos.

Eu avalio que o Ministério Público do Rio Grande do Sul prestou um serviço à sociedade brasileira, porque escreveu no papel um pensamento que está na sociedade brasileira, articulado, que tem um sentido. Ele não nasceu do nada; ele não foi produzido numa noite. É um pensamento que diz respeito, em primeiro lugar, a um preconceito enorme contra o movimento social; a um preconceito ideológico, na medida em que ataca figuras como Paulo Freire e Florestan Fernandes; a um preconceito contra os pobres que se organizam na luta pela terra; a um preconceito contra aqueles que questionam o atual estágio de propriedade intelectual, haja vista o grande número de pesquisas ilegais sobre transgenia no Rio Grande do Sul e em outros lugares do Brasil. Enfim, eles puseram no papel algo que se dissemina e se organiza na sociedade brasileira. Setores da imprensa organizam esse pensamento. Se observarmos as notícias veiculadas pelas principais revistas e



pelos principais jornais, verificaremos que há uma militância conservadora e de direita surgindo no Brasil.

Acho importante falar sobre isso, porque me parece que há uma onda e que não há uma reação. Mas há uma reação. E esse pensamento é baseado exatamente nessa reação. Esse pensamento é grave porque vem de agentes públicos, portanto servidores públicos, que servem ao Estado brasileiro e são pagos pelo Estado brasileiro. E é mais grave ainda porque coloca o Ministério Público do Rio Grande do Sul fora da lei, como disse o meu antecessor. Eles estão fora da lei. Eles quase rasgaram o Capítulo V da Constituição — conforme dialogava com o representante da OAB. Eles atacaram o direito a reunião, o direito de ir e vir, os direitos políticos daquelas pessoas, de se filiarem e votarem. Enfim, estão atacando a Constituição brasileira; estão fora da lei. E acho que é importante reagir contra isso.

E esse pensamento conservador considera o Brasil da seguinte forma: este estágio de crescimento em que estamos vivendo é tal qual aquele vivido em tempos anteriores, ou seja, crescimento com concentração de renda, com concentração de terras e com exclusão social. Há um projeto político por trás disso. Eles disputam a sociedade brasileira e elegem os seus inimigos. E quem são os seus inimigos? Como um dos ingredientes desse processo é a terra, o agronegócio, os inimigos são os sem-terra, que questionam este modelo agrícola. Eles se colocam como se estivessem resolvendo o problema alimentar. Mas, no Brasil, a grande produção de alimentos é feita pela pequena propriedade, pela propriedade familiar, e não pelo agronegócio. Mas eles atacam quem usa a terra para outras finalidades, a exemplo dos índios.

Quer dizer, todo o debate sobre a reserva Raposa Serra do Sol gira em torno do seguinte pensamento: essa terra não pode ser explorada pelos índios, para a preservação da sua cultura, da sua religião, do meio ambiente; essa terra deve servir à produção do grande proprietário. Portanto, questionam a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. E não é só daquela reserva: eles estão questionando demarcações de terras em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso.



Dêem uma passada na Comissão de Agricultura e vejam a infinidade de projetos — o Deputado Anselmo é titular e pode falar melhor sobre isso — que questionam a demarcação de terras indígenas.

O mesmo ocorre com os quilombos. Onde já se viu — segundo eles — dar terra para remanescentes de quilombos? Estão questionando isso. Votaram um decreto legislativo sustando decreto presidencial que regulamentava a área dos quilombos.

Além disso, o movimento contra as cotas em favor do ingresso dos negros na universidade.

A meu ver, é um projeto político que envolve o MST, os quilombos, os índios. E nós temos de disputar com esse projeto político. Nós queremos uma sociedade em que estejam incluídos 180 milhões de pessoas, beneficiadas pelos frutos da produção da riqueza; que distribua a terra; que preserve a terra dos índios; que recupere a terra dos quilombos. Portanto, é uma disputa política.

Eu creio que nós temos ações. A primeira: acho que esse movimento com Parlamentares, com personalidades da sociedade civil e entidades deveria fazer uma representação, sim, ao Conselho Superior do Ministério Público, dizendo que o Ministério Público do Rio Grande do Sul promove a ilegalidade. São Promotores da ilegalidade e não da lei. Eles estão contra a lei. E exigir o posicionamento do Conselho Superior.

Em segundo lugar, temos de unir as forças em torno do nosso projeto político. A questão ambiental, por exemplo. Eles elegeram os ambientalistas inimigos. Por quê? Porque acham que o agronegócio tem de tomar o lugar da floresta. Não é isso?

A questão dos direitos humanos hoje, no Rio de Janeiro: para eles, a Polícia pode matar 10, 12 ou 15 pessoas.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha sugestão é a de que a cada dia unamos mais forças em torno de um projeto que incentive a sociedade brasileira e os movimentos sociais a intensificarem a luta pelos direitos sociais, pelos direitos humanos e por uma sociedade “includente”.

Então, quero manifestar a nossa solidariedade e fazer esta proposta. Vamos organizar uma grande reação junto ao Ministério Público Federal, ao Conselho



Superior, contra essa que foi, a meu ver, a maior peça do atraso, da reação, no Brasil. Infelizmente, funcionários públicos pagos pelo Poder Público e pelo povo brasileiro estão promovendo esse acinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Paulo Teixeira.

Nós fomos bastante alertados para o fato de que não há nenhuma mulher à Mesa. Lamentavelmente, não tinha mesmo. Mas não é só culpa desta Comissão. As entidades indicaram somente homens. (*Risos.*)

Mas vamos ouvir agora uma companheira da diretoria do Movimento de Mulheres Camponesas. É a companheira Justina Cima, de Santa Catarina.

A SRA. JUSTINA CIMA - Em primeiro lugar, eu acho que vale a pena dizer da importância deste momento e também da importância de ter na Presidência desta Comissão um companheiro que é camponês, que é da luta camponesa, que é da luta da reforma agrária, e que, com isso, consegue com mais facilidade trazer um tema como este para ser debatido nesta Comissão de Legislação Participativa.

Vou ser breve. Para nós os pobres, a luta contra a ditadura continua muito forte e muito presente. Continuamos num período pós-ditadura — podemos dizer assim. E o nosso papel, neste momento, é o de chamar a atenção para a necessidade de continuarmos contra essa ditadura. Eu diria que é a ditadura do abuso do poder econômico, que é a ditadura do latifúndio, que é a ditadura do agronegócio, que na verdade continuam produzindo a opressão, continuam produzindo o trabalho escravo, a fome, a miséria. E a cerca continua sendo um dos maiores empecilhos para que se tenha a cidadania neste País.

Então, neste momento, penso que nós precisamos nos agarrar, com muita força, a algumas questões fundamentais. Uma delas é o direito de organização. Sempre, na história do País, a luta de resistência, seja dos negros quilombolas, seja dos indígenas, seja dos sem-terra, seja das mulheres, partiu da organização e da luta popular. Então, os direitos nós conquistamos a partir da luta popular e da organização popular. Então, a defesa incondicional pela organização, pelo direito de organização, precisa ser uma luta de todos nós.

A outra questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção, inclusive como proposta, é a defesa das escolas que os movimentos sociais estão construindo.



Porque a ditadura imposta sobre os pobres sabe muito bem que nessas escolas estamos trabalhando, na verdade, a educação que ensina as pessoas a pensar, que ensina as pessoas a refletir, e estuda a verdadeira história. E, a partir desse estudo, conseguir propor, organizar-se, lutar pelo que é de direito.

A ditadura sabe muito bem que, com pessoas dentro de um processo da educação libertadora, nós vamos ter mais facilidade de trabalhar por um Brasil soberano, com distribuição de renda, com dignidade, para que as pessoas sejam, de fato, respeitadas como gente.

Eu gostaria, neste momento, de dizer que foram e continuam sendo muitas as lutas para garantir a dignidade. Num país como o nosso, com tantas potencialidades, nós precisamos prestar a atenção, inclusive, quando vêm grupos econômicos trabalhando a questão da simbologia da palavra “invasão”, por exemplo, e refletir muito bem por que eles trabalham tanto a questão da invasão. É exatamente porque a invasão parte deles. E dizem sempre que o ataque é a melhor defesa. Então, eles partem para o ataque: tacham a classe trabalhadora, os pobres, de invasores; no entanto, quem tem invadido as nossas terras, os nossos bens e continua fazendo isso são exatamente os grandes grupos econômicos, as transnacionais que foram adentrando os nossos territórios, invadindo e desapropriando os que de direito são os legítimos ocupantes, os que teriam direito a esses espaços.

Agradeço pelo momento e aproveito para dizer que precisamos dar continuidade à luta. Mas quero deixar como proposta a defesa das escolas dos movimentos sociais, porque ali se trabalha, de fato, a educação libertadora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheira Justina.

Passamos a palavra, então, ao nosso companheiro Anselmo de Jesus.

O SR. DEPUTADO ANSELMO DE JESUS - Sr. Presidente, Deputado Adão Pretto, quero parabenizá-lo por mais esta missão.

E, quando falo em missão, imagino que não é fácil enfrentar aquela Comissão de Agricultura. Os Deputados Adão Pretto, Assis do Couto e Vignatti e eu sabemos o que temos enfrentado ali.



Em nome do nosso Presidente, quero cumprimentar as autoridades que compõem a Mesa e os representantes dos movimentos sociais.

Ultimamente, a Comissão de Agricultura trabalha de acordo com 3 ângulos: combater toda iniciativa de legislação que parta dos trabalhadores que apresentamos lá — não deixar passar nada disso; apresentar propostas para acabar com todos os direitos, seja dos quilombolas, seja dos índios, seja dos pequenos agricultores, seja dos sem-terra; e as propostas que apresentam, a exemplo do GECIPRA. Talvez um concurso público para o Ministério Público ou para o Judiciário não exija tantos documentos quanto se exige para o cadastramento do agricultor que pretenda um pedaço de terra.

Por outro lado, a cada momento nós enfrentamos um punhado de requerimentos de convocação de Ministros para debater situações de conflitos com índios, como o que está ocorrendo em Roraima. Fomos vítimas também no Estado de Rondônia, onde debatíamos a situação da Liga Camponesa dos Pobres, que brigava por uns pedaços de terra. Por trás disso, havia um bando de picaretas que se utilizavam daquele povo. Temos ainda um Governo omissivo, usando a própria Polícia para despejar aquele pessoal.

Isso acabou sendo motivo de requerimento para realização de 2 audiências públicas nesta Casa. Exigiu-se a vinda do Ministro da Justiça aqui para ouvir essas baboseiras do próprio Governo, do próprio Secretário de Segurança Pública, forçando a tomada de providências pela Polícia, porque se alegava que naquele local havia um braço das FARC. Lá esteve a Polícia Federal, que verificou a falta, sim, de um governo naquele Estado. Lá se usava a Polícia para grilar terra para o próprio Governo daquele Estado. Inclusive o filho do Governador se utilizava do helicóptero do Governo, armado com metralhadora, para tirar as pessoas daquelas terras e poder realmente grilar terra. Foi isso que a Polícia Federal viu naquele local.

Houve também uma jornada dos movimentos ligados à luta pela terra em nosso Estado. Sentados a uma mesa com o próprio Governo do Estado, ouvimos ele dizer que, se sem-terra fosse frango, ele comia 1 por dia. Vê-se que não é uma situação apenas do Rio Grande do Sul. Isso acontece no Pará e em todos os Estados, e não só em relação à luta, mas à educação nas escolas. Vemos isso



muito claramente. Na própria Comissão de Agricultura, percebe-se isso também de modo muito claro.

Precisamos fazer uma ofensiva em cima disso aí. Esta Mesa é bastante rica. O Conselho é composto de 11 membros, e parece que tinha sido unânime aquela decisão. Como então podemos buscar hoje, por intermédio da OAB, o melhor caminho para entrar com uma representação contra esse conselho? Mais do que isso, com a representatividade que temos aqui, buscando os partidos — vi aqui o PSOL, o PCdoB, o PT, com certeza outros partidos poderão participar, bem como aquelas organizações —, seria realizado um ato no Rio Grande do Sul e também marcada uma audiência com o Conselho para que ele nos explique o que o levou a tomar essa decisão. Isso seria muito importante para nós.

Ademais, de público quero dizer que eu e o Deputado Adão levamos essa proposta à bancada do Partido dos Trabalhadores, onde houve um empenho muito grande. Nossa proposta acabou sendo aprovada por unanimidade. Foram também levantadas e debatidas outras situações, como a do pedido de prisão do advogado e ex-Deputado Greenhalgh.

Quer dizer, vêm acontecendo outros fatos, não só nos movimentos ligados ao campo, mas nos movimentos urbanos também. Então, este é um momento de preparação, de estabelecimento de uma estratégia para esse enfrentamento. Vê-se aqui, em qualquer canto, a cada momento, pessoas dando entrevistas e até buscando nossas informações, para montarem a estratégia deles.

Como disse o nosso Presidente, este momento é um começo. É o começo de uma organização que defende a cidadania e a democracia. Por isso não nos podemos calar diante dessa situação. Daí a nossa exigência de ouvir o nosso Líder, o seu discurso de 10 minutos em cima dessa ata, tendo em vista que ele assumiu esse compromisso comigo e com o Deputado Adão perante a nossa bancada. Ou seja, queremos fazer com que este Parlamento e os que defendem realmente a cidadania e a democracia assumam essa posição, e não só nesta Comissão, mas no Parlamento, no Congresso Nacional.

Conversei também com a Ministra, com a Senadora Marina, que me disse que vai promover uma ação desse tipo no Senado para barrar de vez essas pessoas que querem trazer de volta os tempos da ditadura.



Por fim, cumprimento todos os movimentos presentes, os partidos que comungam dessa ação e principalmente o nosso Presidente, Deputado Adão Pretto.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Deputado Anselmo.

Ainda há 9 companheiros inscritos, além dos que compõem esta Mesa, que vão querer falar antes do encerramento. Então, peço encarecidamente aos companheiros que cumpram o prazo determinado.

Passo a palavra agora ao companheiro Ricardo Barbosa, de Goiás.

O SR. RICARDO BARBOSA - Boa tarde a todos.

Na pessoa do Deputado Adão Pretto, cumprimento todos os homens presentes, e na da Camila, estudante de Direito da UFG, da Turma Especial para Assentados e Pequenos Agricultores, cumprimento as mulheres presentes.

Para não repetir as denúncias e as considerações feitas pelos integrantes da Mesa e por participantes deste evento, faço apenas uma pergunta: o que norteia esse tipo de conduta? As denúncias ficaram claras, a criminalização dos movimentos sociais está exposta, seja o de quilombolas, seja o de mulheres, seja o de LGBT. O que está em jogo neste momento?

Foi realizado há pouco o primeiro seminário internacional de criminalização dos movimentos sociais, na Escola Nacional Florestan Fernandes. Esse quadro não é apenas brasileiro. Isso acontece no México, na Argentina, no Chile, no Peru. Parece que está em curso o mesmo *modus operandi*, a mesma estratégia. Ou seja, há um processo de desmoralização de alguns segmentos sociais, que, no Brasil, conhecemos como a criminalização da pobreza, mas incluindo o negro, o homossexual, o transexual, as mulheres.

Vemos isto nesta discussão e em diversas Comissões, em várias audiências públicas, acompanhadas por todos por este País afora: sempre o defensor da democracia, o promotor de direitos humanos, num determinado momento da promoção dos direitos, passa a ser acusado de descumprir esses direitos. Então, o movimento negro passa a ser acusado quando propõe políticas de quota, é acusado de afrontar a Constituição e discriminar a população brasileira.



A Turma Especial para Assentados e Pequenos Agricultores foi processada pela segunda vez pelo Ministério Público Federal em Goiás. Focou-se aqui o Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas o Ministério Público Federal em Goiás move a segunda ação contra a Turma, pedindo agora liminarmente a suspensão imediata do curso e também o seu encerramento, discutindo não apenas a política afirmativa de quotas, mas o PRONERA.

Esse processo atinge todo o PRONERA. Questiona-se se os recursos do PRONERA podem financiar estudantes de Direito para que atuem junto aos movimentos sociais. Está na mão do juiz, desde o dia 1º julho, dar curso ou não a esse processo. Dependendo do parecer, todas as turmas ligadas ao PRONERA, não só mais a turma do Direito, estarão sob o alvo do Ministério Público Federal a partir de então.

Esse *modus operandi* diz respeito a, entre outros aspectos, desmoralização de pessoas, segmentos, territórios. Quando se fala que a Polícia subiu a favela, ninguém quer saber o resultado, quantos mortos houve. Subiu favela; não entrou no Pacaembu, no Morumbi.

Então, essa desmoralização, essa estigmatização ocorre não somente contra o MST. Essa ata é importante não pelo fato de revelar o processo de criminalização já conhecido dos companheiros do MST, mas por revelar de certa maneira o *modus operandi* de setores conservadores, a forma como eles passaram a operar não só no Brasil, mas em toda a América Latina, em relação ao avanço da democracia.

Este ano comemoramos 20 anos de promulgação da nossa Constituição, quando deveríamos estar discutindo efetividade e universalização dos direitos e das conquistas lá postas. E vemos, sim, uma onda, uma reação conservadora.

Daí a minha pergunta: como nos articulamos contra isso? Se considerarmos todo o processo que começa com a criminalização de indivíduos, agora, no Rio Grande do Sul, com a criação de zonas especiais, esta reunião de audiência pública não poderia estar acontecendo em nenhuma das 4 zonas especiais. Ela seria vista como uma reunião de apoio ao MST, uma reunião do MST, que está proibida nesses 4 municípios.

Afrontar isso, eu acho, tem de ser o mote de todos os atores que estão aqui presentes. Temos de fazer audiências públicas nesses 4 municípios, nessas 4 zonas



de exclusão, onde a Constituição não vale. Isso é estado de exceção. Não é à toa que o decreto alçado para criminalizar e pedir a extinção do MST é da ditadura militar. O Ministério Público está não só deixando seu lugar de defensor da cidadania, do cidadão brasileiro, está substituindo a sociedade civil, na medida em que pede a extinção do movimento social mais forte, não só no Brasil, mas nesta região abaixo do Equador. Ele está se colocando no lugar da sociedade. Isso é sério.

Então, eu faço um apelo a esta Casa, aos atores que aqui estão, para que realizemos audiências públicas e afrontemos a perspectiva desse estado de exceção que está sendo criado no território brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Ricardo, que formula uma pergunta e, ao mesmo tempo, faz uma proposta.

Passo a palavra ao companheiro Osvaldo Russo, companheiro da ABRA e também da Secretária Agrária Nacional do PT.

O SR. OSVALDO RUSSO - Estou falando aqui em nome do Núcleo Agrário Nacional do PT e também da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

É importante, todos já falaram, não vou repetir, mas essa ação do Ministério Público no Rio Grande do Sul, como disse aqui o último companheiro que se manifestou, é um dos instrumentos que estão sendo utilizados no Brasil inteiro e na América Latina para conter o avanço da democracia.

O que está em disputa no Brasil, na América Latina, é se vamos seguir o modelo de desenvolvimento socialmente justo e democrático, como, por exemplo, o Governo brasileiro está seguindo, ou se vamos seguir um modelo concentrador de renda, excludente, como era no regime militar. É isso que está em disputa. Está em disputa um novo tempo. Eles estão usando contra o movimento popular os instrumentos democráticos que nós resgatamos na Constituição de 1988, estão usando argumentos fictícios, falsos em relação ao ordenamento jurídico. Ou seja, estão rasgando a Constituição que nós lutamos aqui para construir.

É isso que está em jogo. O jogo é a disputa, e o agronegócio faz parte desse jogo. É preciso combater isso. No corredor do agronegócio da Amazônia, como disse o companheiro Rogério Sottili, da Secretaria Especial de Direitos Humanos,



está-se construindo um corredor de prostituição infanto-juvenil. Verificam-se todas as formas de violência contra as crianças e adolescentes no Brasil, inclusive através do corredor do agronegócio.

É importante o avanço que aconteceu no País nos últimos anos em relação aos direitos humanos, em relação ao combate às desigualdades, ao crescimento com equidade social, mas esse avanço está sendo questionado, colocado em xeque pelas forças conservadoras. Está na hora agora de todas as forças populares e democráticas, independentemente de coloração partidária, estarem unidas, neste momento, para combater esse instrumento que estão utilizando, segundo essa concepção de querer crescer a qualquer custo, valendo-se de preconceito. É a sociedade do preconceito que está sendo reconstituída no Brasil. É preciso que tomemos as atitudes necessárias.

No dia 29, parece que haverá o primeiro depoimento, conforme disse Marina aqui, em Carazinho, dos 6 indiciados pela Polícia lá do Rio Grande do Sul. Carazinho virou república independente, ninguém pode chegar lá, nem o Deputado Adão Pretto.

Foram feitas várias sugestões. É importante que, no dia 28, uma segunda-feira — na reunião da bancada dos trabalhadores discutimos isso, levamos essa proposta, uma proposta do Núcleo Agrário Nacional do PT —, os movimentos sociais, não os partidos, façam um ato público na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. É o dia que antecede o depoimento dos indiciados. Isso já foi conversado com o Deputado Marcon, da Assembléia do Rio Grande do Sul, e com Olívio Dutra, Presidente do PT do Rio Grande do Sul. Haveria a participação dos movimentos sociais, e seriam levadas personalidades do mundo jurídico, personalidades da academia. Refiro-me, no caso, mais aos movimentos sociais do que aos partidos políticos, no sentido de apresentarmos unidade das forças democráticas e populares, mostrando a insanidade que é a ata do Conselho do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Esse seria o primeiro ato importante, além da passeata. É importante fazer esse ato público.

Tem de ser feita uma representação, que deve ser encabeçada — faço a sugestão — pela nossa OAB, principal organização no mundo jurídico, e outras organizações devem subscrevê-la, tais como a Conferência Nacional dos Bispos do



Brasil. Devemos fazer uma representação contra a ata do Conselho do Ministério Público do Rio Grande do Sul. São importantes todas essas forças políticas.

Sugiro que haja uma articulação — o Deputado Adão Pretto, por meio desta Comissão, pode fazer isso — com todas as Assembléias, para que sejam realizadas audiências públicas no mês de agosto em todas as Assembléias Legislativas e seja denunciado esse ato no Rio Grande do Sul, mas não só nesse Estado. São emblemáticos estes 3 segmentos aqui presentes: povos indígenas, quilombolas e sem-terra. Que haja audiências públicas em todas as Assembléias Estaduais, a fim de que seja feita essa denúncia em todo o Brasil!

Eu me comprometo, em nome da Deputada Erika Kokay, de quem sou assessor na Câmara Legislativa do Distrito Federal — S.Exa. é Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, e não pôde estar presente aqui —, a promover no mês de agosto um ato público na Câmara Legislativa contra essa violência, essa conspiração e essa discriminação contra os movimentos sociais, em particular contra o MST. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - (*Falha na gravação*) ...grande efeito, o de fazer a esquerda e as entidades democráticas se unirem novamente.

Nós estávamos muito divididos. O PT, cheio de tendências, e até o PSOL, com 3 Deputados, parece que já tem tendência. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não é verdade. A unidade da esquerda durou 1 minuto e meio. Isso é uma calúnia do companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Brincadeira à parte, é verdade que estávamos desunidos. Agora parece que estamos nos articulando novamente pela mesma causa.

Dando continuidade aos trabalhos, vamos ouvir a palavra da companheira Isabella Cristina, do Rio de Janeiro.

A SRA. ISABELLA CRISTINA - Quero saudar todos os presentes e resistentes a este debate, porque, depois de 2, 3 horas, começamos a ficar cansados.

Quero saudar o Deputado Chico, que é meu prefeito do Rio de Janeiro. Nós não poderíamos deixar de lembrar isso. Somos oriundos desse Estado. Se até hoje



não foi a mola propulsora da revolução do movimento social, com certeza, a parte da nossa audiência o será.

Nós estamos vivendo um momento ímpar, em que existem contradições no Governo. Parte deste Governo — o Ministério Público é uma das instâncias do Governo — ousa criminalizar, ousa abater, ousa insinuar que é possível acabar com o movimento social organizado; ousa insinuar que é possível acabar com o MST; ousa insinuar que não existem direitos pela legalização, pela titularização dos territórios quilombolas.

Então, estamos vivendo um momento ímpar. Como se costuma dizer na comunidade de onde eu venho, ou dá, ou desce. Não há mais possibilidade de meia conversa nesse processo, é para ir para o enfrentamento real, concreto.

Como só disponho de 3 minutos, quero apresentar 2 propostas.

Primeiro, não temos de fazer apenas a socialização dos relatos apresentados aqui. Quero dizer o seguinte: não vivo a realidade dos demais Estados. Com certeza, os relatos aqui feitos não devem ser 10% da realidade do que está colocado lá. O que a gente vive no Rio de Janeiro, em relação aos territórios quilombolas, não corresponde a 10% dos atos cometidos, porque o trabalhador, o negro quilombola que fica impedido, não somente pelo narcotráfico, que deveria ser o nosso maior inimigo, mas também pelo Estado brasileiro, pela Igreja católica, de adentrar na sua casa, de ocupar a sua residência, de ter a sua família expulsa de um quilombo não é qualquer coisa.

As atividades aqui propostas, para que a gente possa socializar esse debate, socializar esse relatório, não têm que ser apenas para dizer para a nossa base o que está acontecendo, têm que ser um mecanismo de defesa dos dirigentes em nível nacional que estão sendo criminalizados. Não podemos continuar permitindo essa relação de perda de homens, mulheres, crianças, idosos nesse processo.

Segundo, devemos fazer um questionamento inclusive ao Governo brasileiro, que é signatário de convenções da OIT, porque ele não as cumpre, não as respeita, não as implementa de fato. Fala em direitos humanos, mas esses direitos, no Brasil, estão sendo aviltados, na medida em que ocorre a criminalização do movimento social.



Hoje, existe a concepção de que criminalizar um dirigente significa iniciar a derrocada do movimento dos quilombolas, por exemplo. Dizemos o contrário: criminalizar um dirigente nosso é fazer com que a gente cerre forças para dizer que aqui ninguém mexe, que nos nossos ninguém toca, vamos para o enfrentamento de fato.

Deve haver ato nacional com data e hora marcada, para que todo o Brasil diga: *Nós vamos continuar lutando, não vão mais botar a mão no MST, não vão mais botar a mão na possibilidade real e concreta da titularização dos territórios quilombolas, não vão mais botar a mão em sindicalistas, nesses trabalhadoras e trabalhadores que estão sendo criminalizados.*

Eu acho que há uma resposta real, concreta ao que as Forças Armadas estão fazendo no que tange aos direitos humanos.

Quem vive no Rio de Janeiro pôde sentir a dor, muito profunda, do que foi a postura das Forças Armadas em 2 momentos bastante difíceis: primeiro, o assassinato, o extermínio programado da comunidade negra quilombola no Rio de Janeiro, tendo em vista o assassinato dos 3 jovens na comunidade da Providência; segundo, o assassinato daquela criança de 3 anos. Para nós, foi um extermínio programado, porque não acreditamos nessa coisa de que não tinha orientação, de que não tinha visibilidade, de que foi engano, de que foi uma grande trapalhada. É verdade que crianças de 3 anos e jovens são assassinados todos os dias, em todas as partes deste País, mas existe hoje uma sensação, um sentimento de impunidade, de que é possível se continuar burlando a lei, de que vou fazer, e nada vai me acontecer.

Quando falamos da criminalização, da judicialização, da garantia dos direitos humanos, temos que perceber quem, de fato, são os nossos reais inimigos. E acho que os nossos reais inimigos estão aqui bem próximos de nós, possivelmente não dentro desta sala, não dentro deste plenário, mas estão bem próximos de nós.

Portanto, tem de haver um movimento nacional. No dia 29 vão acontecer os depoimentos. Essa data tem que ser um indicativo para o dia nacional de luta contra a criminalização dos dirigentes sindicais, dos dirigentes dos movimentos sociais, dos dirigentes quilombolas, dos dirigentes indígenas, dos dirigentes do MST.



Por último, recados. Nunca são demais. Não são para a Comissão, mas para as organizações.

As falas que aqui aconteceram foram de grande importância, mas tenho algo a dizer. Foi apresentada pelo menos uma meia dúzia de mulheres dirigentes, meia dúzia de mulheres que formam consciência revolucionária, meia dúzia de mulheres que fazem a história, meia dúzia de mulheres que construíram a história deste País. Para nós mulheres negras, por exemplo, a oralidade foi fundamental para garantir que os nossos homens negros, na república palmarina, fossem à luta. Então, um recado para as entidades: temos mulheres dirigentes capazes e completamente habilitadas para realizar todo este debate. Para nós que estamos neste plenário, quando nos deparamos com a Mesa — não é nenhum demérito, são companheiros valorosos — e não vemos nenhuma companheira presente, fica este sentimento: poxa vida, sou mulher, negra, estamos fazendo um montão de coisas, mas, em um espaço como este, não conseguimos enxergar mulheres.

Todas as vezes em que nos depararmos com Mesas que tenham essa composição, vamos mandar esse recado, porque temos de lembrar que existem mulheres guerreiras e lutadoras neste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Preto) - Obrigado, companheira Isabella.

Com a palavra o companheiro Iberê Lopes.

O SR. IBERÊ LOPES - Meu nome é Iberê, pertencço ao Conselho Nacional da Umbanda do Brasil. Como meu nome é Iberê, também "*o meu nome é tupy, Gaykuru, meu nome é Peri, de Ceci, eu sou neto de Caramuru, sou Galdino, Juruna e Raoni*".

Quero iniciar a minha fala pontuando algumas coisas que acho importantes, porque não quero me alongar muito também.

O Governo do Distrito Federal liberou 1.700 terrenos destinados a instituições religiosas. Mais de 50% foram para evangélicos e católicos, ficando o restante com espíritas e batistas, inclusive terrenos para recuperação desses espaços, o dinheiro para isso. E a umbanda, o candomblé e as religiões ameríndias, indígenas, enfim, ficaram fora, nenhum terreno foi destinado para essas religiões aqui no Distrito Federal. E o Estado é laico, não é? Mas, tudo bem. Enfim...



Quero dizer que a Justiça baiana mandou recolher o livro de um padre que acusou o espiritismo de ser algo do demônio, o que é muito preocupante. Na ação são citados trechos do livro, que, na avaliação da Promotoria, trazem ofensas ao espiritismo e às religiões afro-americanas:

“O demônio, dizem muitos, não é nada criativo. Ele, que no passado se escondia por trás dos ídolos, hoje se esconde nos rituais, nas práticas do espiritismo, da umbanda e do candomblé.”

O nome do padre é Jonas Abib.

Em outro trecho o padre diz que o espiritismo é como uma epidemia e, como tal, deve ser combatido. É um foco de morte. Também há referência aos cultos de imagens. Diz o padre:

“Acabem com tudo. Tirem as imagens de Iemanjá, que, na verdade, são um disfarce, uma imitação de Nossa Senhora. Acabem com tudo. Mesmo que seja uma estátua preciosa, mesmo que seja objeto de ouro, não conservem nada. Isso é uma maldição para vocês, sua casa e sua família.”

Policiais invadem terreiros — não foi a primeira nem a segunda vez, todo mundo sabe disso —, por perturbação da ordem pública, criminalizando não só aqueles que estão ali, mas também a cultura nacional, nosso povo negro, nosso povo indígena, nosso povo, que é feito dessa pluralidade, de várias matrizes religiosas e filosóficas.

Jovens de igrejas evangélicas invadem centro espírita e destroem imagens religiosas. Eram destroços de imagens por todos os lados, na sala de orações e nos corredores. Tudo que estava sobre o altar do centro espírita foi destruído, num ataque de fúria de 4 jovens. De acordo com os freqüentadores, o centro existe há 80 anos e nunca havia sofrido uma invasão como essa.

Na quinta-feira passada, se não me engano, representantes da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro se reuniram com lideranças religiosas para discutir o atendimento às vítimas de discriminação religiosa, de intolerância, nas



delegacias — para que haja alguém que tenha esse estudo, essa compreensão dessa área de tolerância religiosa, que possa falar sobre isso.

Elenquei vários pontos, e não quero alongar-me, vou direto aos pontos aqui escritos:

O art. 5º da Constituição Federal (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), conquistado com a participação afirmativa de Jorge Amado, assegura que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Esse ponto também pode ser de debate. Estamos aqui discutindo questões do MST, dos quilombos e tal, importantíssimas, mas também temos que incluir os movimentos religiosos na pauta de tolerância, de convivência com o próximo. Trata-se de olhar para o lado e saber que não temos ali só um camarada lutando, nós temos um ser humano que tem uma ideologia e merece ser respeitado como qualquer um de nós.

Nesse sentido, o Conselho Nacional da Umbanda encaminhou pedido de realização de um seminário sobre matriz religiosa brasileira para a Comissão de Legislação Participativa, falando sobre espiritualidade, diversidade e cultura de paz. Já está na Comissão de Legislação Participativa esse pedido.

Fica também registrada a nossa proposta de um marco regulatório de tolerância religiosa. Sei que aqui todos falaram mais a respeito da questão territorial, mas todos os movimentos sociais têm voz e vez quando se fala de direitos humanos. A minha proposta, a proposta do Conselho Nacional da Umbanda é que seja criado um marco regulatório de tolerância religiosa, reafirmando a nossa Carta Magna, reafirmando a Constituição, segundo a qual o Estado é laico e todos os movimentos religiosos merecem respeito.

Por último, separei uma fala simples, de um filósofo chamado Zygmunt Bauman, no livro *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*:

“Como todos sabemos, as cercas têm necessariamente dois lados, dividem espaços, que sob outros aspectos seriam uniformes dentro e fora. Mas o que é dentro para os que estão de um lado é fora para os



que estão do outro. Os moradores dos condomínios cercam-se para ficar fora da excludente, desconfortável, vagamente ameaçadora e dura vida da cidade e dentro do oásis de calma e segurança. Pelo mesmo viés, contudo, eles cercam todos os outros fora dos lugares decentes e seguros, cujos padrões estão preparados e determinados a manter e defender com unhas e dentes, e dentro das mesmíssimas ruas sujas e esquálidas das quais tentam, a todo custo, cercar-se. A cerca separa o gueto voluntário dos ricos e poderosos dos muitos guetos forçados que os despossuídos habitam. Para esses, a área que estão confinados, por serem excluídos de todas as formas, é o espaço do qual não têm permissão de sair.”

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Muito obrigado, companheiro Iberê.

Passo a palavra ao companheiro Pedro Bezerra, do CONIC.

O SR. PEDRO BEZERRA - Falar por último tem uma vantagem: 90% do que íamos falar já foi dito. Mas, para não perder a oportunidade, é bom lembrar uma coisa: aqui se falou muito do Ministério Público, mas não é só o Ministério Público que nos está atacando, é o Judiciário também. Não adianta o promotor fazer a denúncia se não há um juiz também com a mesma cabeça para levar isso adiante. Então, temos que incluir igualmente esses cidadãos nas nossas falas e nas nossas preocupações. Isso é muito sério.

Quando o atual Presidente do STF assumiu — lembrem-se das falas dele —, já apontava para esse caminho, já dizia o rumo que ia seguir. E nesse rumo coisas estão acontecendo desde então com mais evidência em nosso País.

Eu gostaria de lembrar algo. Quando nós, em 1988, nesta Casa discutimos, debatemos e inserimos na Constituição aquilo que hoje queremos que se realize efetivamente, criamos as estruturas que, na nossa cabeça, eram importantes para defender os direitos que tínhamos colocado na Constituição. Uma das instituições que nós incluímos, mudando o seu papel, foi o Ministério Público, que antes



defendia o Governo. Passou a defender a sociedade, o Estado brasileiro. Infelizmente, diversos jovens hoje, diversas pessoas dentro dos quadros do Ministério Público não fazem parte dessa história, não conhecem essa história. Saíram de universidades direto para o concurso público, para poder ocupar o cargo, para ganhar os seus 25 mil reais e ter *status* importante na sociedade. E não estão nem aí para a história que nós construímos aqui e que teriam que defender. São poucos os membros do Ministério Público que estavam no processo, que aceitaram as mudanças inseridas na Constituição.

Isso não acontece só no Ministério Público. Cargos como o de Auditor do Tribunal de Contas da União, de fiscal, vários cargos no Estado brasileiro, em relação aos quais a Constituição deu poderes importantes para garantir um Estado democrático, estão sendo ocupados por pessoas que carregam para dentro dessas instituições todo o preconceito, toda a desatenção com as lutas sociais do nosso País. Deveríamos pensar um pouco em como estamos organizando as estruturas do Estado para garantir esse Estado democrático.

Antes de encerrar, quero lembrar que essa atitude contra o MST, por conta do medo, do preconceito, vem sendo tomada há muito tempo. É bom que nos unamos agora para defender o MST, as rádios comunitárias deste País — todos os dias levamos pau da Polícia Federal, é ela quem vai buscar nossos equipamentos —, o Movimento Nacional em Defesa da Moradia, que também leva pau da Polícia.

Vamos ver se agora conseguimos perceber que há tempo estamos sendo massacrados. Precisamos nos unir contra essas pessoas que oportunistamente estão ocupando esses espaços.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Pedro Bezerra.

Passo a palavra ao companheiro Adilson Mariano, Vereador de Joinville, Santa Catarina.

O SR. ADILSON MARIANO - Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.



Somos Vereadores de Joinville, Santa Catarina, e estamos aqui porque esse processo de criminalização — hoje está em foco o MST —, na prática, está em todo o País, como já foi dito.

Travamos várias lutas em Joinville. Uma delas, de grande importância, em parceria com o Movimento dos Sem Terra, inclusive participando com uma coluna na marcha que foi feita, o Movimento das Fábricas Ocupadas. Trabalhadores ocuparam a fábrica dos patrões que há mais de 10 anos não pagavam a seus funcionários e dilapidavam o patrimônio. Eles então fizeram a greve que acabou sendo mediada pelo Ministério Público do Trabalho. Isso se desdobrou numa ocupação. Os trabalhadores começaram a ocupar a fábrica, elegeram uma comissão. Em 31 de maio do ano passado, a pedido da Justiça Federal, houve uma intervenção contra a comissão eleita. Com a participação de 150 policiais federais, foi feita a interdição e retirada a comissão — eleita pelos trabalhadores — de forma totalmente violenta, com metralhadoras, granadas. Qualquer coisa nesse sentido aconteceu na história do País 5 vezes: 4 vezes durante a ditadura, e mais essa vez em Joinville.

Nesse fim de semana, reuniu-se em Joinville um tribunal popular, com a representação de várias entidades, inclusive o MST, para julgamento dessa intervenção. Além disso, foi discutido o tema desta audiência: a criminalização. Falaram lá representantes de vários movimentos. Inclusive está aqui o companheiro Fufa, do SINTRASEN. Os companheiros do sindicato fizeram greve, e seus dirigentes foram presos pela Polícia, por conta do processo de greve.

Sou Vereador de Joinville, como disse, e lá temos um combate bastante forte em relação ao transporte coletivo. Todos sabem como são as máfias do transporte coletivo. Fomos condenados a 1 ano e 3 meses de prisão porque participamos de manifestações contra o aumento do valor da passagem do transporte coletivo. E, pasmem, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina manteve a condenação, dizendo que de fato não havia nenhum crime concreto, mas que eu era mentor intelectual das manifestações contra o aumento da passagem de ônibus e que, portanto, a condenação estava mantida.

Então, esse é o processo que estamos vivenciando. Consideramos esta audiência da maior importância.



Vou protocolar na Comissão o resultado da sentença proferida no Tribunal Popular, realizado em Joinville nos dias 3 e 4, que contém algumas propostas de encaminhamento. Uma delas eu quero apresentar por escrito e também ao microfone: a proposição para que se pense em um projeto de lei de anistia geral de todos os militantes do movimento operário que estejam criminalizados. Que esse debate seja feito na Câmara, a partir de um projeto de lei. A Comissão de Legislação Participativa é um espaço importante para desenvolvermos essa questão e fazermos esse debate.

Um sujeito que mora em Santa Catarina disse que, depois que o Governo Lula assumiu, eles ficariam livres por 30 anos dessa raça. A raça a que ele se referia era o movimento operário, o movimento popular. Infelizmente, nós do movimento social temos que aproveitar esta oportunidade, porque, com a eleição do Governo Lula, nós paramos. Sabemos que o Estado é burguês. O movimento popular, o movimento social parou. E a burguesia tem seus instrumentos. O Estado é burguês e tem seus instrumentos. Nós estamos num deles. Só que, felizmente, o movimento social se organiza e coloca seus representantes aqui dentro para combater, do lado do movimento social. Mas, de maneira nenhuma o movimento social pode se adaptar, pode ficar dependente de governos.

Esse processo de criminalização tem que servir para percebermos isso e nos unirmos, nos organizarmos, irmos para as ruas, mantermos a luta. Em outros momentos, fazíamos manifestações, e nada acontecia. A Constituição é interessante porque ela garante desde a propriedade social da terra até a propriedade privada. E é a organização do movimento social que determina para onde pendem as instituições burguesas. E hoje elas estão pendendo para o lado da propriedade privada, para a defesa dos interesses da burguesia, porque nós do movimento social de certa forma nos adaptamos. Precisamos romper com isso. Todo esse ataque está acontecendo e precisamos nos unir e ir para a rua lutar para de fato rompermos com esse processo de criminalização e fazermos com que os Governos avancem em relação àquilo que o movimento social deseja.

Entrego para a Comissão essa questão.

Essa situação precisa ser modificada. E somos nós do movimento operário, do movimento popular que temos de nos organizar, nos articular e exigir que esse



quadro seja modificado, tendo um ponto de apoio dos nossos representantes em tempos de paz. Os nossos representantes que estão nas instituições burguesas têm que ser os nossos pontos de apoio para essas lutas. Aqueles que não o forem devemos de fato varrer do movimento operário, devemos substituí-los, porque é assim que tem de ser.

Agradeço a oportunidade e entrego à Presidência da Comissão o resultado proferido por esse tribunal das fábricas ocupadas. Há várias proposições aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro.

Passo a palavra ao último inscrito, companheiro Wilson Pereira, do SINTRASEN.

O SR. WILSON PEREIRA - Boa tarde a todos os componentes da Mesa e a toda a companheirada presente a esta plenária.

Como bem disse o Vereador Mariano, sou servidor público municipal de Florianópolis, dirigente sindical, faço parte da Federação dos Municipários daquele Estado.

Pois bem, senhores, desde que o Lula assumiu o Governo Federal, vivemos uma realidade naquela cidade e naquele Estado de criminalização dos movimentos, principalmente daqueles organizados na cidade. No campo, nem se fala, porque o Rio Grande do Sul tem outra realidade.

O que está acontecendo naquela cidade? Nós temos um cidadão lá — eleito Prefeito por um partido nefasto, o PSDB, e hoje está no PMDB — que é o fantoche do Governo Luiz Henrique da Silveira.

A ordem lá em Santa Catarina está instaurada. É o seguinte: a Polícia Militar tem que prender, julgar e condenar. A lei é a seguinte: identificar as lideranças, algemar e levar para o cadeiaão.

O que aconteceu na nossa greve no ano passado? Estávamos fazendo atividades, como sempre fazemos nos órgãos públicos daquela cidade, adentrando e chamando os companheiros para a luta na rua; de repente, o BOPE adentra, quebra toda a instituição pública. Aí vem o *pop star* major que comanda a Polícia Militar da Capital nos chamando de bandidos, marginais, vagabundos, dizendo que preferia estar nos morros. Quando ele disse que preferia estar nos morros,



senhores, ele já estava criminalizando toda aquela população que vive nos morros lá em Florianópolis, chamando todo mundo de bandido, marginal e traficante.

Para que tenham idéia, os outros dirigentes da nossa entidade sindical foram presos, acusados de depredação de patrimônio público, mas, para nossa sorte, eu sou a pessoa que faz as gravações daquela entidade, filmei toda aquela ação dentro do Pró-Cidadão.

Vou concluir — são 3 minutos, o tempo é curto.

Tivemos uma vitória, sim. Fomos presos, mas essas imagens nos deram a condição e a capacidade de instaurar naquela cidade um IPM, um inquérito policial militar. Graças a Deus, hoje, aquele comando da Polícia Militar está respondendo a esse inquérito.

Não é com a força, com a truculência da Polícia Militar e da burguesia deste País que a classe trabalhadora vai baixar a guarda. Essa é a nossa luta, essa é a nossa bandeira.

A gente sempre finaliza citando uma frase que é um poema: “*Sonho que se sonha só é só um sonho que sonha só, e sonho que sonha junto*” — companheiros da terra, companheiros da cidade — “*não é sonho, é realidade*”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Wilson.

Vamos agora passar a palavra para os companheiros da Mesa, começando pelo companheiro Rogério Sottili, que ainda não falou.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI - Prezados companheiro Deputado Adão Pretto, prezados Deputados, prezados companheiros, eu saúdo esta iniciativa, esta audiência, que tem importância histórica e precisa ser saudada por isso.

O que seria do Brasil se não fossem os movimentos sociais? Os movimentos sociais fazem parte de toda essa história de construção da democracia; os movimentos sociais ajudam na aplicação das políticas públicas; os movimentos sociais ajudam na elaboração de uma educação libertadora; os movimentos sociais trabalham na questão da saúde; os movimentos sociais sinalizam onde devemos procurar as terras, são os movimentos sociais, enfim, que têm responsabilidade muito grande para que possamos viver numa democracia que eu considero



consolidada. Então, os movimentos sociais são extremamente fundamentais para o momento que estamos vivendo.

O segundo ponto: é importante deixar claro que são setores do Ministério Público que tiveram essa posição. Não podemos generalizar essa postura e esse posicionamento do Ministério Público, que é uma instituição importante para a democracia. Precisamos ter clara essa diferença entre o que aconteceu com o Conselho do Rio Grande do Sul e o que é o Ministério Público. Precisamos fazer essa diferenciação.

O outro ponto que eu quero destacar nas considerações finais é que manifestação como essa do Conselho do Rio Grande do Sul eu também considero extremamente importante para a luta e para a consolidação da democracia. Por quê? Porque ela, de fato, conseguiu explicitar e provocar uma reação dos setores democráticos, para repudiar esse tipo de postura, de posicionamento. Isso é extremamente importante.

Ela conseguiu unificar vários setores importantes do movimento social, dos partidos políticos em torno de uma questão essencial. Não podemos admitir a criminalização dos movimentos sociais, das organizações, das ONGs. Elas são extremamente importantes, como eu disse no início, para a consolidação da democracia.

Eu concordo com a afirmação feita aqui de que o Conselho do Ministério Público do Rio Grande do Sul fez um serviço à democracia, aos movimentos sociais, e nós precisamos, com essa reação, reafirmar e aprofundar cada vez mais a consolidação da democracia, reafirmar e consolidar cada vez mais a nossa luta e a nossa defesa da democracia.

Por fim, eu quero dizer que eu me lembro de um personagem extremamente importante também da história política deste País, Plínio de Arruda Sampaio, que promoveu um grande movimento em defesa da reforma agrária, o que se chamou de Memorial pela Reforma Agrária. Esse memorial, se não me engano, tinha um texto de 3 ou 4 linhas que defendia a reforma agrária num momento extremamente difícil, quando ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás. Esse movimento teve uma repercussão nacional e se estendeu por todo o Brasil e unificou todos os movimentos sociais.



Temos esse exemplo daquele momento da história, que conseguiu unificar e transformar aquele movimento num grande movimento nacional, que foi importante. Se fizermos desse movimento um movimento que defende 30 ações, 30 frentes, vamos perder o foco e não vamos realizar a unificação.

Então, acho importante se espelhar naquele exemplo e até em algumas propostas que aqui foram apresentadas, como a ocorrência de audiências públicas em todo o Brasil, mas em cima de uma questão muito simples, que foi a proposta de audiência pública contra a criminalização dos movimentos sociais. Pode acontecer um grande movimento social em todo o Brasil.

Por fim, quero agradecer a todos vocês e parabenizar mais uma vez o Deputado Adão Preto e a própria Comissão de Legislação Participativa por esta iniciativa extremamente importante para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Preto) - Obrigado, companheiro Rogério.

Passo a palavra ao nosso companheiro Gilson Cardoso.

O SR. GILSON CARDOSO - Em nome do Movimento Nacional de Direitos Humanos, quero agradecer à Comissão de Legislação Participativa, através do Presidente e Deputado Adão Preto, e ao Deputado Pedro Wilson, que relatou, por solicitação do Movimento Nacional de Direitos Humanos, esta audiência pública.

Quero dizer que achei esta audiência pública muito importante, pelo fato de estarmos juntos aqui, os movimentos sociais, os Deputados de vários partidos e todas as pessoas que de fato lutam pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil.

Estamos vivendo um momento de dificuldades, sim, mas a luta pela radicalização da democracia e pela radicalização da defesa dos direitos humanos há que continuar, e não só em momentos como este. Temos que nos unir para não sermos pegos de surpresa, sob hipótese alguma, sob momento algum da reação das forças conservadoras.

Por isso, temos que estar unidos e sair daqui com uma agenda de luta. O lugar de movimentos sociais é de fato a praça, o espaço público, que devemos ocupar. Isso que temos que fazer.



Quero agradecer a todos este momento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Vamos passar a palavra ao companheiro Sílvio Santos, do Movimento dos Sem Terra.

O SR. SÍLVIO SANTOS - Muito rapidamente, quero aproveitar a oportunidade para relatar que, há 25 anos, no Estado do Rio Grande do Sul, todos os anos, rotineiramente, o MST realiza o Encontro Estadual do Movimento dos Sem Terra.

Para surpresa nossa, em janeiro deste ano, no nosso encontro estadual, a Brigada Militar mobilizou cerca de 700 soldados para entrar no Encontro Estadual e identificar as coordenações do Movimento dos Sem Terra, dos assentamentos, dos acampamentos e seus colaboradores. Isso foi algo nunca visto antes.

Mas o importante desta audiência é que de fato coloquemos em prática todas as propostas que aqui surgiram, que vêm ao encontro da defesa do direito de organização, do direito de expressão, do direito de se mobilizar para reivindicar os direitos básicos de toda a população, não só dos sem-terra, mas de todos os movimentos organizados aqui citados. Então, é importante que coloquemos em prática essas propostas.

Por último, também quero dizer que nós precisamos, Deputado Adão Pretto, Presidente da Comissão, companheiros da OAB, responsabilizar criminalmente os responsáveis por abusos de autoridade que vêm acontecendo não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o País. Foram citados aqui vários casos de abuso de autoridade no Rio Grande do Sul.

Antes do início da abertura desta audiência, o Ministro falou do caso da Índia, do empalamento. Outro caso que aconteceu, também, no Rio Grande do Sul: a Brigada Militar do Estado acabou empalando um menino, numa tática de tortura, para que ele contasse onde o seu padrasto estava se escondendo. Esse fato foi amplamente divulgado, mas os verdadeiros culpados não foram punidos. Essas práticas continuam acontecendo de forma diferenciada contra os movimentos sociais, contra as pessoas pobres do nosso País.

Quero agradecer à Comissão que realizou esta audiência em defesa do direito de organização, em defesa dos movimentos sociais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro Sílvio.



Quero dizer que hoje, ao meio-dia, participei de um debate na televisão com um representante dos promotores. No fim, ele acabou lamentando que não tivéssemos convidado o outro lado. Nós tínhamos convidado somente os companheiros. Já surgiu a proposta de realizarmos outra audiência pública. Eu proporia aos companheiros fazermos outra audiência e, juntos, um debate. Nós os traríamos aqui, para conhecermos o projeto, a denúncia, a ata que eles fizeram. Aí nós viríamos preparados para desossar eles publicamente aqui. *(Risos.)*

Passo a palavra ao companheiro Paulo Maldos.

O SR. PAULO MALDOS - Quero agradecer o debate, que foi muito importante. O fundamental agora é irmos construindo essa frente muito ampla e diversa em defesa do avanço e do aprofundamento da Constituição. O que está em movimento é um ataque a vários artigos da Constituição.

Há 1 mês, o Presidente do Clube Militar, General Figueiredo, chegou a dizer, em entrevista a Luiz Carlos Azenha, jornalista em São Paulo, que ele é contra os arts. 231 e 232 da Constituição Federal, que tratam dos direitos indígenas. Ele disse que esses artigos só foram aprovados na Constituinte em 1988 porque a esquerda se juntou às multinacionais; que tanto a esquerda como as multinacionais não têm amor à Pátria; que elas então se juntaram para fazer um capítulo que ameaça a soberania nacional. O General-de-Brigada Figueiredo falou isso há 1 mês.

É importante a gente construir essa frente e realmente, aonde formos, denunciar um caso como o da indígena, denunciar os casos de abuso contra os sem-terra, os quilombolas, o pequeno agricultor. E onde houver um sem-terra denunciando alguma questão deve denunciar também as ofensas aos indígenas, aos quilombolas e assim por diante. Construir essa frente ampla e diversa, eu acho, é a única maneira de a gente fazer avançar a democracia neste País.

No que diz respeito à questão específica da Raposa Serra do Sol, que é urgente — daqui a 1 mês vai ser julgada —, eu pediria a todos que sempre que possível se manifestem por jornais, que se manifestem aos Ministros do STF, no sentido de ridicularizar essa tese da soberania. Onde eles falam soberania está escrito preconceito.

Falou-se aqui dos jovens arrogantes que saem das faculdades e vão direto ocupar cargos públicos. Isso acontece no STF também. A gente já foi lá várias vezes



com indígenas. Os assessores de Ministros do STF são mais Ministros do que os próprios Ministros. A arrogância, o preconceito que eles destilam, a insinuação de ignorância, a insinuação de que os indígenas servem a ONGs internacionais, a insinuação de que eles podem formar um outro país, isso é ridículo!

Houve mais de 20 visitas de membros de organizações indígenas, da CNBB, de órgãos indigenistas, dos próprios índios da Raposa Serra do Sol, e eles fazem sempre as mesmas perguntas — soberania, soberania. Foram esses índios que defenderam o território nacional, por isso Roraima pertence ao Brasil e não à Guiana Inglesa. Foram esses índios que lá seguraram a onda, o avanço dos ingleses há mais de 100 anos. Eles sempre ficam insinuando que os índios são apátridas, que vão formar outro Estado e assim por diante.

Na verdade, o que está por trás disso é, primeiro, o preconceito; segundo, uma usina de mentiras. Alega-se que o tempo inteiro eles estão recebendo diabinhos da vida e de outros setores. Sempre ligados aos militares. E ficam repercutindo isso.

Nós já denunciemos isso, já exigimos que eles colocassem nos autos do processo essas insinuações, essas falsas informações. Eles dizem: “Não, são informações importantes, mas são sigilosas para nós”. Poxa, então não pode discutir! Somente eles é que têm a verdade e pronto.

Eu acho importante que passe por um processo de ridicularização essa questão e se afirme que, quando estão falando de soberania, na verdade estão falando de preconceito. Eles estão preferindo um Lawrence a um Silva. Essa é a verdade. Eles acham que somente um Lawrence é que defende a soberania nacional. Na verdade, defende a propriedade das multinacionais. É isso que está em jogo neste momento. Está em jogo isso para o sem-terra, para o quilombola, para o pequeno produtor.

É necessário que, daqui em diante, a gente consolide essa frente, que esse evento seja o primeiro de uma série de outros para consolidar a nossa frente popular, camponesa, indígena, quilombola. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro.

Passo imediatamente a palavra ao companheiro Damião dos Santos.



O SR. DAMIÃO BRAGA SOARES DOS SANTOS - Em primeiro lugar, parabeno o Movimento Nacional de Direitos Humanos pela iniciativa de ter convocado esta audiência e a Comissão por ter acatado a solicitação do Movimento.

Quero dizer que o Projeto de Decreto Legislativo nº 44 agora está na Comissão de Constituição e Justiça. O que nós pedimos aqui aos Deputados presentes que participam dessa Comissão e até mesmo àqueles que dela não participam é que tenham um pouquinho de cuidado e carinho na discussão desse projeto de decreto legislativo na CCJ.

Além disso, nós temos aí o Estatuto da Igualdade Racial, que há mais ou menos 1 semana, já no seu finalzinho, recebeu 12 emendas, somente no capítulo que trata da questão quilombola. Eu não sei se isso é má-fé por parte dos nossos Parlamentares ou se é falta de entendimento sobre a matéria. *(Pausa.)* Segundo o Deputado são as duas coisas. Eu acho que o senhor sabe melhor do que eu, não é, Deputado? *(Risos.)*

Quero agradecer à Comissão pela nossa participação e dizer aos movimentos que estamos com eles. O que nós realmente precisamos neste momento é unidade, porque o nosso objetivo é o mesmo: o cumprimento da Constituição brasileira.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Passo a palavra ao companheiro Gilberto Souza.

O SR. GILBERTO SOUZA - Posso dizer que saio daqui com muita alegria. É raro participar de uma audiência pública como esta, com a presença de tantos Parlamentares. Eu contei aqui mais de 20 Deputados e 3 Senadores. Eu acho que esse é um dado fundamental. A representação das entidades aqui também mostra que a consciência democrática vai além da disputa entre direita e esquerda. Quem defende o Estado Democrático de Direito é a democracia. Há pessoas que têm uma concepção econômica, social diferente dos que estão aqui, mas entendem como elemento fundamental da democracia os movimentos sociais. Isso é bom. Podemos discordar do seu posicionamento político e ideológico, mas têm toda uma compreensão e uma consciência democrática.

Muitas lutas já fizemos aqui. Foram bem ressaltados os avanços da Constituição de 1988. Talvez isso seja contra-ofensiva do acúmulo das lutas dos



movimentos sociais nas décadas de 70 e 80. Talvez o setor mais refratário a mudanças, vamos dizer assim, esteja tentando segurar um pouco essa maré que ninguém segura, essa maré de mudanças que vai além de governos, de partidos. É como um rio, pode-se mudar o percurso, como tentaram e tentam fazer com o São Francisco, mas ele vai para o mar. Há uma onda de participação social. Até o Banco Mundial, no seu *site*, louva a participação da sociedade para mudar as políticas públicas.

Agradeço a participação desta Comissão. É um voto que a sociedade civil brasileira dá à instituição Câmara, no momento em que a gente vem a uma Comissão da Câmara Federal, uma instituição da República, que está abrindo espaço, sendo permeável à demanda da sociedade civil.

Acreditamos também que é a hora de fazermos pressões no Judiciário, que é um espaço fundamental para, de alguma forma, bloquear essa iniciativa de desconstrução da democracia brasileira, caracterizada nessa perseguição aos movimentos sociais, de modo especial ao MST. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, companheiro.

Passo a palavra ao companheiro Leandro Scalabrin.

O SR. LEANDRO SCALABRIN - Eu tenho uma proposta a fazer para os Parlamentares. Proponho que conversem com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. O Rio Grande do Sul recebeu, só no ano passado, 23 milhões de reais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI. Proponho que haja alguma forma de controle, de cobrança, uma forma de respeito aos direitos humanos por parte das Polícias que recebem recursos desse fundo. Este ano já foram liberados mais 2 milhões.

Quero parabenizar todos nós, entidades e Parlamentares que estiveram aqui. Espero que esta frente continue em defesa da liberdade democrática no País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Muito obrigado.

Passo a palavra ao companheiro Antônio Augusto Brandão de Aras.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS - Sr. Presidente, renovo os nossos agradecimentos pelo convite ao Conselho Federal da Ordem dos



Advogados do Brasil. Parabenizo V.Exa., o Deputado Pedro Wilson, que foi o Relator da proposta.

Reafirmo que a Ordem dos Advogados do Brasil está compenetrada, sempre esteve compenetrada dos seus deveres institucionais em defesa das liberdades públicas. Faz parte da nossa democracia participativa que todos os movimentos sociais tenham garantida a efetiva interferência na tomada das decisões políticas, quaisquer que sejam elas.

Temos como um dos fundamentos da República o pluralismo político. E esse pluralismo não trata somente de viabilizar formalmente que ONGs, sindicatos, associações de classe, partidos políticos, entidades religiosas possam atuar. Não é só isso. Permite-se, sim, que haja ideologias e que essas ideologias possam até estar conflitantes. Em verdade devem conflitar, sim, porque precisamos buscar uma síntese do que seja melhor para as políticas públicas a serem adotadas pelo Governo em prol do povo brasileiro.

Neste final de uma bela tarde e, certamente, uma tarde cidadã neste espaço especificamente dedicado ao debate da criminalização dessas comunidades, eu, particularmente, atendendo a pedidos de colegas advogados, empresto a solidariedade a um líder. Eu me refiro ao Dr. Roberto Pontes, que vem sendo vitimado também por essa criminalização. É ele um dos dirigentes da DHnet, que promove a inclusão social das classes mais sofridas em relação à Internet.

Esse líder de uma parcela importante da sociedade brasileira também estará no dia 23 de julho prestando depoimento no Rio Grande do Norte à Justiça Militar. Entendemos que esse tipo de processo nos parece incabível, porque se trata de algo que não nos parece deva ser apreciado à luz de uma legislação penal militar. Essa é mais uma observação que trazemos, inclusive na onda de tantos colegas que se encontram sofrendo essa criminalização que nós repudiamos.

Por isso é que finalizo agradecendo e louvando a todos pela participação. Quem sabe, faremos com que essas audiências públicas se transfiram para todas as Assembléias Legislativas, não só pelo MST, mas por todos os movimentos sociais que formam a vontade política deste País, que não podem ser ignorados, nem mesmo pelo *establishment* que conduz a economia internacional.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Muito obrigado, companheiro.

Devo dizer-lhe que todas as propostas que foram feitas, que surgiram aqui, estão gravadas. Vamos estudar, junto com a assessoria, com os membros da Comissão, os próximos passos.

Reforço, antes de passar a palavra ao Pedro, que houve a decisão aqui relativa a essa audiência pública em Porto Alegre no dia 28. No dia 29 acompanharemos os companheiros que estão sendo condenados pelo crime de segurança nacional, lá em Carazinho, que é uma república separada do Rio Grande (*riso*), como disse o companheiro Russo. Agradeço profundamente essa companheirada, principalmente estes 4 Deputados, que ficaram de plantão conosco, Chico Alencar, Pedro Wilson, Anselmo de Jesus e Paulo Rubem Santiago. Passaram por aqui 23 Deputados, 1 Senador e 2 Senadoras, mas esses 4 ficaram aqui — contando comigo, são 5.

Agradecemos a todos. Sob a minha avaliação, foi muito positiva esta audiência pública. Certamente esquentou as orelhas de muita gente — dizem que, quando falamos de uma pessoa, as orelhas dela se esquentam.

O Deputado Pedro Wilson está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Gostaria de prestar 2 informações, mas, antes, parabenizo a todos.

Primeiro, fizemos um apelo hoje ao Ministro das Comunicações, para realizar uma grande conferência nacional de comunicação social, que as Comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Ciência e Tecnologia estão apoiando na Câmara, mas queremos a participação do Governo. Então, certamente estamos fazendo as tratativas para que o Ministério das Comunicações assuma a parte do Governo. Estamos caminhando. Não está fácil. Mas vamos caminhar mais.

Segundo, comunico a todos os presentes que, se o Ministério Público lá no Rio Grande do Sul está numa direção diferente da democracia, da liberdade, aqui a Comissão de Mortos e Desaparecidos, da Secretaria Espacial dos Direitos Humanos — uma comissão que lida para esclarecer fatos relacionados aos que lutaram pela democracia no Brasil —, realizou uma audiência pública com o Dr. Toffoli, Advogado-Geral da União, no sentido de fazer com que a AGU apóie a denúncia feita pelos promotores de São Paulo para responsabilizar os torturadores da época



da ditadura pelos seus atos. A anistia anistiou todo mundo, mas a anistia não anistia quem fez tortura. Esse é um entendimento quase universal nos dias de hoje. Trata-se dos crimes que estão sendo descobertos agora e os seus autores que estão encobertos pelo anonimato ou por nomes falsos.

Então, a Comissão, da qual faço parte, representando a Câmara, foi ao Advogado-Geral da União. Juízes de São Paulo entraram contra os promotores, porque eles estão extrapolando os seus deveres.

É essa contradição que faz o jogo da democracia e a importância do movimento social.

Obrigado a V.Exa.

Parabenizo a todos. Vamos continuar atentos e diligentes. *(Palmas.)*

PARTICIPANTE - Sr. Presidente, eu tinha uma pergunta. Nós combinamos que seria feita uma representação, que todo mundo assinaria. E não sei se isso pode ficar para depois, não sei se o Gilson pode encaminhá-la para o Movimento Nacional de Direitos Humanos. É uma representação que todo mundo assinaria, relaciona-se a essa questão. Isso vai ficar só para o pessoal do Sul fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Não sei se todo mundo assinou a ata. Já me dizem que não

Nós estamos discutindo sobre a elaboração de uma representação das entidades, por exemplo. Estamos conversando, porque tem que ter alguém que a puxe. Discutimos inclusive na nossa bancada. Nós achamos que não deve ser feita por um partido político, deve ser puxada por uma entidade. Os partidos então a assinariam também. Hoje, estivemos falando com a CNBB, vamos conversar com a OAB, que são entidades muito mais representativas do que um partido. É claro que outras entidades e partidos que queiram a assinariam também. Estávamos discutindo isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Seguindo a direção do Deputado Adão Pretto, logo que chegamos aqui, poucos minutos depois, já tínhamos postado no *blog* uma notícia de que se realizava uma audiência pública para discutir e combater a criminalização dos movimentos sociais.

Então, antes até que a *Agência Câmara* e a Câmara pudessem fazer isso, nós já, como se diz, jogamos para o mundo inteiro dados sobre esta audiência, as



entidades que estavam presentes, a participação das entidades e das pessoas na Mesa.

Nós deveríamos criar uma rede específica, porque, cotidianamente, nas lutas sobre moradia popular, nas lutas das comunidades quilombolas, pela reforma agrária, ao se fazer um sistema de busca nos jornais diários, vemos que são freqüentes os conflitos que temos enfrentado, como enfrentamos agora, depois de 8 meses, na CPI do Sistema Carcerário, exatamente pela natureza do Estado brasileiro.

Nós avançamos, estamos construindo o processo democrático, mas o Estado brasileiro ainda é eminentemente antipovo, é um Estado que quer enquadrar a sociedade no sentido de fazê-la aceitar as suas condições de vida, a precariedade, a injustiça, a violência, a desigualdade, como se fosse questão de destino ou obra de algum credo religioso, desses que andam soltos por aí, faturando bilhões com a promessa do Céu aqui na Terra.

Então, eu acho que seria importante tentarmos, via Comissão de Legislação Participativa, abrir um portal, um *blog*, uma página na Internet, para que o País inteiro nos pudesse enviar denúncias sobre cada um desses conflitos, sob a tentativa de levar a aplicação do Código Penal às lideranças de movimentos sociais. Isso é fundamental para que possamos fortalecer essa luta.

Nós oferecemos essa contribuição. Ela já está aí no *blog* que mantemos na Internet.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adão Pretto) - Obrigado, Deputado Paulo Rubem. É uma proposta que acho muito viável.

Queremos agradecer a todos os convidados que participaram desta reunião, as entidades, a assessoria da Comissão, que fez um baita esforço para que este ato se concretizasse, a assessoria do nosso gabinete, enfim, todos que participaram deste evento.

A próxima reunião não podemos marcar por conta do recesso. Depois virão as eleições. Eu acho que os Líderes se reunirão amanhã para decidir como será o mês de agosto. Em setembro já está mais ou menos acertado que só haverá 1 semana. Em agosto, segundo o Presidente, vai ser normal, mas há Líder que quer



que não seja normal (*riso*), funcione com menos intensidade. Na medida do possível, se funcionar bem em agosto, talvez em agosto façamos uma outra audiência pública. Vamos discutir com a nossa Comissão, com a assessoria e com as entidades mais próximas de Brasília para ver qual será o encaminhamento.

Muito obrigado a todos. Valeu a pena. Uma salva de palmas para todos.
(*Palmas.*)